

Demonstrações Contábeis

30 de setembro de 2025





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	9
3. CONSOLIDAÇÃO	9
4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES	10
5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS	11
6. TRANSIÇÃO NA ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS	16
7. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	19
8. RESULTADOS NÃO RECORRENTES	19
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
10. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	19
11. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	19
12. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA	20
13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	26
15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	31
16. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	38
17. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	38
18. OUTROS ATIVOS	39
19. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	39
20. ATIVOS IMOBILIZADOS	40
21. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO	40
22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	41
23. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO	41
24. OUTROS PASSIVOS	44
25. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	44
26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	46
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
28. TRIBUTOS	47
29. PARTES RELACIONADAS	49
30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	51
31. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	51
32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	53
33. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	65
34. OUTRAS INFORMAÇÕES	66
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	67



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

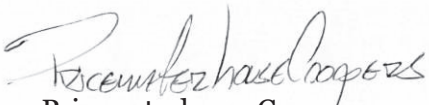



Banco Votorantim S.A.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by

Signed By: PAULO RODRIGO PECHT 25185992824
CPF: 25185992824
Signing Time: 10 de novembro de 2025 | 20:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERASA RFB v5
BRASILEIRAO

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco	Consolidado
		30.09.2025	30.09.2025
Caixa e equivalentes de caixa	9	951.701	977.759
Ativos financeiros		130.438.028	134.984.606
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		25.933.142	26.961.013
Títulos e valores mobiliários	13a	19.416.548	20.444.409
Instrumentos financeiros derivativos	14a	6.438.268	6.438.268
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	15a	78.326	78.326
Outros ativos financeiros	16	-	10
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		9.871.742	10.341.047
Títulos e valores mobiliários	13a	9.871.742	10.341.047
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		94.633.144	97.682.546
Depósitos no Banco Central do Brasil	11a	2.271.768	2.749.686
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10	4.784.441	5.218
Títulos e valores mobiliários	13a	7.119.663	7.119.663
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	15a	67.631.209	74.765.947
Ativos financeiros com acordo de revenda	12	12.691.898	12.694.603
Outros ativos financeiros	16	134.165	347.429
Ativos mantidos para venda	17	203.864	253.123
Ativos fiscais	28a	8.018.352	10.913.179
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	19a	3.983.188	23.924
Ativos imobilizados	20	116.488	121.302
Ativos intangíveis e ágio	21	1.032.653	1.680.582
Outros ativos	18	970.628	1.104.599
TOTAL DO ATIVO		145.714.902	150.059.074
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		16.588.795	16.588.795
Instrumentos financeiros derivativos	14a	7.116.492	7.116.492
Outros passivos financeiros	22	9.472.303	9.472.303
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		113.758.648	116.591.471
Passivos financeiros com acordo de recompra	23a	23.112.199	20.906.912
Depósitos	23b	22.378.524	23.968.287
Obrigações por empréstimos e por repasses	23c	5.477.375	5.477.375
Títulos emitidos	23d	49.807.721	49.807.721
Passivos subordinados	23e	3.997.920	3.997.920
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	15i	8.823.447	8.816.144
Outros passivos financeiros	23f	161.462	3.617.112
Provisão para perda esperada	15h	188.329	471.694
Passivos fiscais	28b	234.824	363.314
Provisões para contingências	31	476.881	500.519
Outros passivos	24	1.697.636	1.972.867
Patrimônio líquido		12.769.789	13.570.414
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		12.769.789	12.890.303
Capital social	27a	8.480.372	8.480.372
Reserva de Capital	27b	372.120	372.120
Reservas de lucros		5.160.415	4.953.747
Outros resultados abrangentes		(49.798)	276.817
Prejuízos acumulados	27g	(1.193.320)	(1.192.753)
Participações de não controladores		-	680.111
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.714.902	150.059.074

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Período findo em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco	Consolidado
		01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		16.214.329	17.015.001
Operações de crédito e outros títulos	15b	10.372.670	11.532.386
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13c	4.337.780	3.974.678
Resultado das aplicações compulsórias	11b	213.527	217.585
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	15i.3	1.290.352	1.290.352
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(10.973.941)	(10.910.294)
Operações com acordo de recompra	23a.1	(9.195.288)	(9.128.170)
Operações de empréstimos e repasses	23c.3	598.738	598.738
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	14h	(1.560.835)	(1.564.306)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	15i.3	(816.556)	(816.556)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.240.388	6.104.707
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(1.258.976)	(1.775.109)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	15d	(1.292.766)	(1.772.643)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	15d	19.409	(16.847)
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	13d	14.381	14.381
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.092.307)	(2.204.675)
Receitas de prestação de serviços	25a	224.279	1.130.926
Rendas de tarifas bancárias	25b	595.002	686.940
Despesas de pessoal	25c	(1.083.201)	(1.321.262)
Outras despesas administrativas	25d	(1.316.252)	(1.606.874)
Despesas tributárias	28c	(370.504)	(530.606)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	19a	235.077	(68.599)
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	31a.4	14.809	7.890
Outras receitas operacionais	25e	156.200	247.317
Outras despesas operacionais	25f	(547.717)	(750.407)
RESULTADO OPERACIONAL		1.889.105	2.124.923
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	26	(41.108)	(51.036)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.847.997	2.073.887
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28d.1	(296.347)	(434.527)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		(162.764)	(189.310)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	(60.597)
LUCRO LÍQUIDO		1.388.886	1.389.453
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS		1.388.886	1.450.050
Controladores		1.388.886	1.389.453
Não controladores		-	60.597
RESULTADO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		409,07	409,24
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		3.395.210	3.395.210

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Período findo em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Lucro líquido do período	1.388.886	1.389.453
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	60.597
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e não controladores	1.388.886	1.450.050
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Variação no valor justo de ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	274.000	273.968
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	492.272	492.272
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado ⁽¹⁾	5.910	5.878
Efeito fiscal	(224.182)	(224.182)
Hedge de fluxo de caixa	(57.219)	(57.219)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	(106.217)	(106.217)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	2.182	2.182
Efeito fiscal	46.816	46.816
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Outros	1.868	1.868
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	3.396	3.396
Efeito fiscal	(1.528)	(1.528)
Total de outros resultados abrangentes no período	218.649	218.617
Resultado abrangente	1.607.535	1.668.667
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	1.607.535	1.608.070
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	60.597

⁽¹⁾ Contempla o ajuste por resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Eventos	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras reservas			
Saldos em 31.12.2024		8.480.372	372.120	560.981	4.712.120	(387.746)	-	13.737.847
Ajustes de adoção inicial das Resoluções 4.966/2021 e 4.975/2021	6	-	-	-	-	119.299	(1.919.892)	(1.800.593)
Saldos em 01.01.2025		8.480.372	372.120	560.981	4.712.120	(268.447)	(1.919.892)	11.937.254
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos		-	-	-	-	218.649	-	218.649
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.388.886	1.388.886
Deliberações:								
Reserva Legal	27b	-	-	47.314	-	-	(47.314)	-
Juros sobre capital próprio	27c	-	-	-	-	-	(395.000)	(395.000)
Dividendos	27c	-	-	-	(160.000)	-	(220.000)	(380.000)
Saldos em 30.09.2025		8.480.372	372.120	608.295	4.552.120	(49.798)	(1.193.320)	12.769.789
Mutações do período		-	-	47.314	(160.000)	218.649	726.572	832.535

Consolidado Eventos	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Participações de não controladores	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras reservas				
Saldos em 31.12.2024		8.480.372	372.120	560.981	4.505.452	(61.099)	-	612.435	14.470.261
Ajustes de adoção inicial das Resoluções 4.966/2021 e 4.975/2021	6	-	-	-	-	119.299	(1.919.892)	-	(1.800.593)
Saldos em 01.01.2025		8.480.372	372.120	560.981	4.505.452	58.200	(1.919.892)	612.435	12.669.668
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos		-	-	-	-	218.617	-	-	218.617
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	7.079	7.079
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.389.453	60.597	1.450.050
Deliberações:									
Reserva Legal	27b	-	-	47.314	-	-	(47.314)	-	-
Juros sobre capital próprio	27c	-	-	-	-	-	(395.000)	-	(395.000)
Dividendos	27c	-	-	-	(160.000)	-	(220.000)	-	(380.000)
Saldos em 30.09.2025		8.480.372	372.120	608.295	4.345.452	276.817	(1.192.753)	680.111	13.570.414
Mutações do período		-	-	47.314	(160.000)	218.617	727.139	67.676	900.746

O resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco 01.01 a 30.09.2025	Consolidado 01.01 a 30.09.2025
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos e participações		1.847.997	2.073.887
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		2.019.470	3.116.158
Provisão para perdas associadas a carteira de crédito	15d	1.621.877	2.272.084
(Reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	13d	(14.381)	(14.381)
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	15d	(19.409)	16.847
Depreciações e amortizações	25d	264.819	334.591
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	19a	(235.077)	68.599
(Reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	31a.4	(14.809)	(7.890)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		19.041	19.041
Juros apropriados e não pagos de passivos subordinados	34c	452.471	452.471
Juros apropriados de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado		(64.410)	(64.410)
(Receitas) de atualização de depósitos em garantia	25e	(18.943)	(20.814)
Baixa de ativos intangíveis e imobilizados	26	37.821	77.962
Outros resultados operacionais		(9.530)	(17.942)
Variações patrimoniais		(1.741.607)	(2.974.601)
(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (TVM e instrumentos financeiros derivativos)		(8.748.371)	(9.668.913)
(Aumento) em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (aplicações em depósitos interfinanceiros)		(3.708.870)	447.034
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)		(78.326)	(78.326)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)		732.235	(3.399.622)
Redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (ativos financeiros com acordo de revenda)		443.994	470.565
Redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (depósitos no Banco Central do Brasil)		1.029.389	825.735
(Aumento) em ativos mantidos para venda		(54.866)	(53.510)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		133.131	(227.129)
Redução em outros ativos		925.091	540.528
(Redução) de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(4.341.949)	(3.983.953)
Aumento de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		12.228.424	12.451.208
Aumento de provisão para perda esperada		172.480	181.630
(Redução) de passivos fiscais		19.585	11.381
(Redução) em outros passivos		(493.554)	(491.229)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(148.090)	(347.303)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		1.977.770	1.868.141
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aumento) de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (TVM)		(3.901.218)	(3.783.249)
(Aumento) de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (TVM)		(2.206.092)	(2.220.252)
(Aquisição) de ativos imobilizados		(11.723)	(16.409)
(Aquisição) de ativos intangíveis		(221.580)	(566.725)
Redução de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (TVM)		3.550.834	3.923.584
Redução de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (TVM)		1.352.963	1.352.963
Redução de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		20.806	-
Alienação de ativos mantidos para venda		16.595	16.641
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		(1.399.415)	(1.293.447)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos ^{(1) (2)}	27c	(452.750)	(452.750)
Liquidação de passivos subordinados	34c	(143.629)	(143.629)
Captação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	34c	500.100	500.100
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(96.279)	(96.279)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		482.076	478.415
Início do período		488.666	518.385
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(19.041)	(19.041)
Fim do período	9	951.701	977.759
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		482.076	478.415

⁽¹⁾ Para os juros sobre capital próprio, refere-se aos valores líquidos de impostos.

⁽²⁾ No período findo em 30 de setembro de 2025, foi pago o montante de R\$ 127.500 referente as deliberações do exercício de 2024.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) é uma companhia de capital fechado controlada em conjunto pelo Banco do Brasil S.A. (BB) e pela Votorantim Finanças S.A. (VFIN). A matriz do Banco está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil.

O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolvendo atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais e de investimento, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, administração de cartões de crédito, corretagem de seguros e arrendamento mercantil. O Banco também opera na criação e distribuição de produtos, conectado com o ecossistema de parcerias, incluindo *startups* e *fintechs*, junto com outras entidades do conglomerado, incluindo o Banco BV S.A., o nosso banco digital.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2025.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco não realiza compensações de ativos ou passivos, nem de receitas ou despesas, a menos que haja um direito legal de compensação e intenção de liquidar os valores de forma líquida ou simultânea.

Todas as informações relevantes estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do Banco Votorantim S.A.

Conforme permitido pela Resolução CMN 4.966/2021, o banco BV não apresentará os saldos comparativos aos períodos anteriores. Ainda, o Banco exerceu a faculdade de manter a divulgação de suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Bacen, até o exercício de 2027.

3. CONSOLIDAÇÃO

A avaliação do controle considera se o banco BV está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As participações societárias, nas quais o banco BV detém controle direto ou indireto, são consolidadas, com exceção dos fundos de investimentos classificados como capital de risco, que são mensurados ao valor justo.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial também são eliminados na proporção da participação.

Os investimentos realizados com influência significativa, em que há poder de participação sobre políticas financeiras e operacionais, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do Patrimônio Líquido da investida.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim S.A. (controladora) e das seguintes investidas controladas:

	Atividade	% de Participação 30.09.2025
Instituições financeiras – País		
Banco BV S.A.	Banco múltiplo	100,00%
Instituições do mercado segurador		
BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora)	Corretora	100,00%
Instituições não financeiras		
BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA)	Serviços especializados	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Fundos de investimento consolidados		
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento	Fundo	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II	Fundo	100,00%
Tivio Securities Fundo de Investimento Imobiliário	Fundo	88,40%
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim Patrimonial	Fundo	99,62%
Sapere Fundo de Investimento Financeiro ⁽²⁾	Fundo	100,00%
Controladas do Banco BV S.A.		
Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento (Bankly)	Instituição de Pagamento	99,99%
Acessopar Investimentos e Participações S.A. (Acessopar)	Holding	99,99%
Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS)	Serviços especializados	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV) ⁽³⁾	Fundo	42,49%
Controladas da BVIA		
Marques de Monte Santo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%
Controladas da BVEP		
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Controladas da Atenas		
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽¹⁾	SPE	100,00%

⁽¹⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽²⁾ Fundo de investimento constituído em julho de 2025.

⁽³⁾ Fundo de investimento no qual o Banco BV S.A. assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, por meio de cotas subordinadas.

A consolidação desses investimentos é reavaliada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

O conglomerado investe em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) através de suas controladas BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA) e Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas), visando, principalmente, o investimento em empreendimentos do ramo imobiliário.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2025

- **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Estabelece procedimentos contábeis a serem observados na classificação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros pelas instituições financeiras. Os impactos decorrentes da adoção estão demonstrados nos saldos de 2025 e na nota explicativa 6.

- **Resolução CMN nº 4.975/2021** – Aprova a adoção do CPC 06 (R2) que trata sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto como arrendadora quanto arrendatária. Os impactos decorrentes da adoção estão demonstrados nos saldos de 2025 e na nota explicativa 6.
- **Resolução CMN nº 5.199/2024** – Alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 ao instituir cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no Patrimônio Líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito.

Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros

- **Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024** – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de *hedge* para 1º de janeiro de 2027.
- **Resolução CMN nº 5.185/2024** – Altera a Resolução nº 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma traz a obrigatoriedade de elaborar e divulgar como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas IFRS, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS):
 - Pronunciamento Técnico CBPS 01, que traz requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade; e
 - Pronunciamento Técnico CBPS 02, que traz exigências específicas para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que sejam relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros.A obrigatoriedade de elaborar e divulgar o relatório para instituições financeiras líderes de conglomerado prudencial enquadrado no nos segmentos S1 e S2, conforme determinação do Banco Central, com vigência a partir do exercício de 2026.

Em relação a obrigatoriedade, o banco BV estará apto para a divulgação até o final do exercício de 2026 com divulgação em 2027, juntamente com as Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.
- **Resolução CMN nº 5.252/2025** – com início de vigência em 01 de janeiro de 2027, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis na mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação contábil dos ativos e passivos de sustentabilidade.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

As Demonstrações Contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio vigente no final do período. Os ativos e passivos do conglomerado denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data da aplicação.

d) Instrumentos financeiros**I - Reconhecimento inicial**

Ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.

II – Modelo de Negócio e SPPI Test

Para um ativo financeiro, a categoria é atribuída conforme o Modelo de Negócio do banco BV, condicionado ao resultado do *SPPI Test*:

Modelo de Negócio - Reflete como um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. A classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros do Banco e suas subsidiárias é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, sendo resumidamente apresentados como:

I) Custo amortizado: Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;

II) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

III) Valor justo por meio do resultado: Outros modelos de negócio, atribuídos aos ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado.

SPPI Test (*Solely Payments of Principal and Interest*) - Visa evidenciar se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros, baseado na análise de performance e nos termos do ativo financeiro.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, exceto quando os fluxos de caixa contratuais não se constituem exclusivamente em pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros que não passam no teste de *SPPI* devem ser mensurados a valor justo por meio do resultado. Existe ainda a opção de designar instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) de modo irrevogável.

III - Mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros são mensurados conforme sua categorização:

Ativos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA), incluindo aqueles que sejam por opção irrevogável; e
- Mensurados pelo custo amortizado.

Passivos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Mensurados ao custo amortizado.

IV - Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do Balanço Patrimonial, considerando que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no Balanço Patrimonial como um passivo, em virtude da obrigação de retorno. Para títulos adquiridos com compromisso de revenda, o montante pago é reconhecido como um ativo financeiro.

Os passivos financeiros são baixados, parcial ou totalmente, quando a obrigação original for extinta.

V – Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de níveis de hierarquia, que refletem as características dos *inputs* utilizados na mensuração desses valores:

- **Nível 1:** Instrumentos financeiros que possuem cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis em mercados ativos e líquidos, para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes;
- **Nível 2:** Instrumentos financeiros cuja avaliação a valor justo utiliza métodos matemáticos amplamente aceitos no mercado, cotações e curvas de marcação a mercado, construídas a partir de dados observáveis; e
- **Nível 3:** Instrumentos financeiros cujo ajuste a valor justo envolve o emprego de métodos matemáticos que utilizam referenciais de preços, taxas e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

VI - Instrumentos financeiros derivativos

Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”.

VII – Modificações de fluxos de caixa contratuais

Modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são reconhecidas imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. A avaliação das modificações que podem levar ao desreconhecimento leva em consideração fatores qualitativos, como a natureza do instrumento, tipo de taxa de juros e a moeda do instrumento.

Ativos financeiros renegociados ou reestruturados

Ativos financeiros renegociados - são ativos que tiveram alterações das condições originalmente pactuadas ou substituição do ativo por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Para estes ativos financeiros, quando realizada a renegociação não caracterizada como reestruturação, o fluxo de caixa é reavaliado para que passem a representar o valor presente descontado pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Ativos financeiros reestruturados - são ativos renegociados que tiveram concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Para estes casos, o valor contábil bruto é reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, acrescidos dos custos de transação, deduzidos quaisquer valores recebidos no momento da reestruturação e descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada.

VIII – Método da taxa efetiva de juros

Para mensuração do custo amortizado de ativos e passivos financeiros (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) é utilizado o método da taxa efetiva de juros para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro, estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

Ao utilizar o método da taxa efetiva de juros, as entidades do conglomerado estimam os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O conglomerado utiliza a metodologia proporcional de diferimento das receitas e despesas que, conforme aplicável, compõem a taxa efetiva de juros, produzindo efeito semelhante ao da utilização de uma única taxa de mensuração subsequente do instrumento financeiro.

e) Instrumentos financeiros para proteção (*Hedge*)

A manutenção dos critérios atuais em relação aos novos requerimentos de *hedge accounting* dispostos na Resolução CMN 4.966/2021 é voluntária até 2027 e os impactos de sua adoção estão sendo avaliados pelo banco BV.

Designação inicial

No momento da designação inicial do *hedge*, o banco BV formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

O Banco realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas. Determinadas condições podem ocasionar o vencimento antecipado do derivativo sem valor devido ao Banco ou com liquidação em títulos de dívida próprios. Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de valor justo - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração de Resultado como Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva de seus ajustes ao valor justo reconhecidos no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Efetividade

É feita uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, considerando se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Descontinuidade

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações. Já para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no Patrimônio Líquido é imediatamente reconhecida no resultado do período.

f) Perda de crédito esperada para ativos financeiros

A mensuração da perda esperada requer aplicação de premissas significativas e julgamentos, inclusive a utilização de cenários econômicos ponderados para projeção de dados prospectivos, sendo sua mensuração a de maior relevância para as demonstrações contábeis apresentadas por essa companhia.

O banco BV avalia a perda de crédito esperada dos ativos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, além dos compromissos e garantias de crédito, e classifica as operações em três estágios:

- **Estágio 1** – Ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito ou deterioração significativa em relação ao reconhecimento inicial. As perdas esperadas são mensuradas abrangendo um período de 12 meses subsequentes ao da data base a que se referem essas demonstrações contábeis;
- **Estágio 2** – Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito ou que deixou de ser considerado como um ativo com problema de recuperação de crédito, mas seu risco continua significativo. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro; e
- **Estágio 3** – Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro. Nesse estágio, a companhia deixa de reconhecer as receitas do ativo financeiro (*stop accrual*).

As perdas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses, a menos que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de inadimplência na data do balanço com o risco de inadimplência no reconhecimento inicial.

O Banco considera que um ativo financeiro como inadimplido quando ele atende a uma ou mais das seguintes condições:

- A contraparte está em atraso há mais de 90 dias;
- Há evidências de processo de falência, liquidação ou recuperação judicial;
- Ocorreu uma reestruturação do empréstimo, com concessão significativa à contraparte.

Essas definições estão alinhadas às políticas internas de classificação de risco e foram selecionadas para garantir a consistência com o comportamento de inadimplência observado na carteira do Banco.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade das perdas de crédito ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito são o valor presente das insuficiências de caixa esperadas, refletindo:

- Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade;
- O valor temporal do dinheiro; e
- Informações razoáveis e sustentáveis (não apenas sobre pagamentos em atraso, mas também informações prospectivas, como fatores macroeconômicos - prospectivas).

g) Ativos mantidos para venda

O Banco detém ativos classificados como mantidos para venda, os quais incluem bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento, bem como participação societária em que houve decisão pela sua realização. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o valor justo ou o valor contábil. Posteriormente, a Administração estabelece provisões para perdas na realização desses ativos, da seguinte forma:

- **Móveis:** as provisões são calculadas mensalmente, considerando o prazo de permanência do bem (obsolescência). Para registros com mais de 720 dias, é constituída uma provisão de 100% sobre o saldo contábil.
- **Imóveis:** as provisões são constituídas com base em laudos de avaliação anuais, elaborados por consultorias especializadas.

h) Intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis referem-se basicamente a *softwares* e licenças de uso. A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Nas Demonstrações Consolidadas, os intangíveis incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, que são amortizados conforme os prazos projetados em laudos técnicos que fundamentaram seu reconhecimento.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos mantidos para venda:

Intangível: O teste de recuperabilidade consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software*, licença ou direito de uso não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, é constituída uma provisão ou é feita a baixa imediata do ativo.

Ágio: Para analisar a redução ao valor recuperável de ágio sobre investidas, o banco BV definiu as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando o nível mais baixo em que o negócio é gerenciado. O teste no nível da UGC determina se há indícios de *impairment* e, conseqüentemente, a necessidade de avaliar a recuperabilidade do ativo. A administração leva em conta qualquer outra informação disponível que caracterize indícios de *impairment* na avaliação do valor recuperável, refletindo a melhor estimativa sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros das UGC.

i) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As realizações de créditos tributários estão suportadas por projeções orçamentárias do banco BV, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

A utilização de estimativas de rentabilidade futura incorre em alto grau de julgamento e, considerando a representatividade dos saldos de crédito tributário ativados, pode produzir impactos relevantes diante de mudanças nas premissas aplicadas para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

j) Ativos e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda considera a probabilidade de desembolsos do conglomerado, levando em conta as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e envolve um alto grau de julgamento.

As provisões sobre contingências são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, enquanto os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, para evitar o reconhecimento de receitas que podem nunca ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo passa a ser reconhecido, uma vez que deixa de ser considerado contingente.

6. TRANSIÇÃO NA ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em "Lucros Acumulados" e "Outros Resultados Abrangentes" em 01 de janeiro de 2025. Dessa forma, as alterações das práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente.

Os efeitos da adoção inicial estão demonstrados a seguir:

Resolução CMN nº 4.966/2021

Altera a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, além de introduzir o modelo de perda esperada.

(i) Classificação de Instrumentos Financeiros

A classificação passou a ser baseada no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa do instrumento financeiro.

(ii) Provisão para Perdas Esperadas

As perdas esperadas foram calculadas em três estágios, com pisos mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil.

(iii) Stop Accrual

Reconhecimento dos efeitos de juros em operações com atraso entre 60 e 90 dias.

(iv) Reestruturação

O valor contábil bruto do ativo reestruturado foi reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada.

Resolução CMN nº 4.975/2021

Inclui a contabilização do contrato de arrendamento (direito de uso) em contrapartida à obrigação futura.

a) Patrimônio Líquido na transição para as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021 em 01 de janeiro de 2025

Reconciliação do Patrimônio Líquido	Banco e Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	14.470.261
Total de ajustes na adoção inicial das Resoluções 4.966/2021 e 4.975/2021	(1.800.593)
Resolução CMN nº 4.966/2021 - Instrumentos financeiros	(1.797.163)
Classificação instrumentos financeiros	13.257
Provisão para perdas	(3.251.488)
Stop accrual	25.591
Reestruturação	(64.804)
Efeitos tributários dos ajustes	1.480.281
Resolução CMN nº 4.975/2021 - Operações de arrendamento mercantil	(3.430)
Reconhecimento inicial da amortização acumulada de direitos de uso de imóveis	72.091
Accrual das despesas financeiras do passivo de arrendamento e aluguéis pagos até 31/12/2024	(76.935)
Efeitos tributários dos ajustes	1.414
Patrimônio Líquido de acordo com as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021 em 01/01/2025	12.669.668

b) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável da transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 em 01 de janeiro de 2025

Reconciliação da Provisão para perdas	Banco e Consolidado
Saldo de provisão para perdas divulgados:	
Provisão para Carteira de crédito	(5.596.060)
Provisão para operações Off Balance e Outros riscos	(316.551)
Provisão para Títulos e valores mobiliários	(251.797)
Total da provisão para perdas em 31/12/2024	(6.164.408)
Efeitos da transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021	
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil Financeiro	(2.830.963)
Títulos e valores mobiliários	(110.910)
Outras provisões para perdas	(19.551)
Provisão para perdas - off balance	(290.064)
Total da provisão para perdas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 em 01/01/2025	(9.415.896)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c) Balanço Patrimonial de abertura na transição

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21	Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN 4.975/21	Nova categoria dos ativos reclassificados (Resolução CMN nº 4.966/2021)	Saldo em 01/01/2025
Caixa e equivalentes de caixa	518.385	-	-		518.385
Ativos financeiros	128.215.807	(2.987.783)	(3.141)		125.224.883
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.616.036	(3.420)	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Ativos financeiros com acordo de revenda	13.612.616
Títulos e valores mobiliários	35.902.756	(7.690.312)	-		28.212.444
Títulos para negociação	9.651.124	2.399.701	-	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Títulos e valores mobiliários	12.050.825
Títulos disponíveis para venda	20.161.716	(10.188.361)	-	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	9.973.355
Títulos mantidos até o vencimento	6.089.916	98.348	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Títulos e valores mobiliários	6.188.264
Instrumentos financeiros derivativos	2.546.492	2.710.007	-	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	5.256.499
Relações interfinanceiras	3.575.421	-	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Depósitos no Banco Central do Brasil	3.575.421
Carteira de crédito	68.936.624	4.721.773	(3.141)	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	73.655.256
Outros ativos financeiros	3.638.478	(2.725.831)	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Outros ativos financeiros	912.647
Ativos mantidos para venda	216.254	-	-	Ativos não financeiros mantidos para venda	216.254
Ativos fiscais	10.073.178	1.492.111	-	Ativos fiscais	11.565.289
Investimentos	125.558	404	-	Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	125.962
Imobilizado de uso	56.390	-	75.232	Ativos imobilizados	131.622
Intangível	1.499.558	-	-	Ativos intangíveis e ágio	1.499.558
Outros ativos	1.025.789	-	-	Outros ativos	1.025.789
TOTAL DO ATIVO	141.730.919	(1.495.268)	72.091		140.307.742
Passivos financeiros	123.835.870	-	76.935		123.912.805
Depósitos	33.659.021	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	33.659.021
Captações no mercado aberto	17.174.385	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	17.174.385
Recursos de aceites e emissão de títulos	44.131.035	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	44.131.035
Relações interfinanceiras	3.347.888	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.347.888
Obrigações por empréstimos e repasses	7.737.331	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7.737.331
Instrumentos financeiros derivativos	2.269.088	2.587.660	-	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	4.856.748
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	3.188.978	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.188.978
Outros passivos financeiros	12.328.144	(2.587.660)	76.935	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	9.817.419
-	-	290.064	-	Provisão para perda esperada	290.064
Passivos fiscais	914.887	11.830	(1.413)	Passivos fiscais	925.304
Provisões para contingências	508.409	-	-	Provisões para contingências	508.409
Outros passivos	2.001.492	-	-	Outros passivos	2.001.492
Patrimônio Líquido dos acionistas	13.857.826	(1.797.163)	(3.430)		12.057.233
Capital social	8.480.372	-	-	Capital social	8.480.372
Reserva de Capital	372.120	-	-	Reservas de capital	372.120
Reservas de lucros	5.066.433	-	-	Reservas de lucros	5.066.433
Outros resultados abrangentes	(61.099)	119.299	-	Outros resultados abrangentes	58.200
Prejuízos acumulados	-	(1.916.462)	(3.430)	Prejuízos acumulados	(1.919.892)
Participações de não controladores	612.435	-	-		612.435
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.730.919	(1.785.333)	72.092		140.017.678

7. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Aquisição da Totalidade do Capital Social da Meu Financiamento Solar Ltda.

Em 1º de julho de 2025, o Banco BV S.A., integrante do conglomerado do Banco, concluiu a aquisição da totalidade do capital social da MFS, empresa especializada em financiamento de sistemas de energia solar fotovoltaica. A operação foi realizada após a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo as do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Antes da transação, o Banco BV S.A. já detinha, de forma indireta, 30,68% de participação na MFS, por meio da Portal Solar S.A. Com a aquisição dos 69,32% remanescentes, passou a deter 100% do Capital Social da companhia.

A operação foi precedida por uma reorganização societária, que envolveu a cisão parcial desproporcional da Portal Solar S.A., com o objetivo de segregar as atividades da MFS das demais operações da empresa.

8. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados não recorrentes, o banco BV considera as receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos, em consonância aos critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020.

	Banco e Consolidado 01.01.2025 a 30.09.2025
Resultado não recorrente - Resolução BCB nº 2/2020	4.753
Lucro na alienação de operações em investidas, líquido de impostos	4.753

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco 30.09.2025	Consolidado 30.09.2025
Disponibilidades	252.728	278.786
Disponibilidades em moeda nacional	9.689	35.747
Disponibilidades em moeda estrangeira	243.039	243.039
Aplicações interfinanceiras de liquidez	698.973	698.973
Aplicações em depósitos interfinanceiros	521.292	521.292
Aplicações em moedas estrangeiras	177.681	177.681
Total	951.701	977.759

10. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	Banco 30.09.2025	Consolidado 30.09.2025
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.784.763	5.540
(Perda esperada)	(322)	(322)
Total ⁽¹⁾	4.784.441	5.218
Ativo circulante	4.573.500	5.218
Ativo não circulante	210.941	-

⁽¹⁾ As rendas das aplicações interfinanceiras estão apresentadas em Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 13c).

11. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Composição

	Banco 30.09.2025	Consolidado 30.09.2025
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.271.768	2.749.686
Recursos a prazo	2.035.745	2.035.745
Operações de microfinanças	9.585	14.188
Pagamentos instantâneos	226.438	286.196
Depósitos de moeda eletrônica	-	413.557
Total	2.271.768	2.749.686
Ativo circulante	2.271.768	2.749.686

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	213.527	217.585
Exigibilidade sobre recursos a prazo	193.221	193.221
Pagamentos instantâneos	20.306	24.364
Total	213.527	217.585

12. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	12.691.898	12.694.603
Revendas a liquidar - Posição bancada	406.831	1.368.290
Letras Financeiras do Tesouro	10.234	10.448
Letras do Tesouro Nacional	64.797	67.502
Notas do Tesouro Nacional	331.800	1.290.340
Revendas a liquidar - Posição financiada	2.809.062	1.850.308
Letras Financeiras do Tesouro	353.822	353.608
Letras do Tesouro Nacional	1.495.820	1.495.820
Notas do Tesouro Nacional	959.420	880
Revendas a liquidar - Posição vendida	9.476.005	9.476.005
Letras Financeiras do Tesouro	689.949	689.949
Letras do Tesouro Nacional	8.559.273	8.559.273
Notas do Tesouro Nacional	226.783	226.783
Total ⁽¹⁾	12.691.898	12.694.603
Ativo circulante	12.691.898	12.694.603

⁽¹⁾ As rendas das aplicações com acordo de revenda estão apresentadas em Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 13c).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	30.09.2025			
	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira
Banco				
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.432.127	17.984.421	19.416.548	53,0%
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.149.185	6.722.557	9.871.742	27,0%
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	836.097	6.283.566	7.119.663	20,0%
Valor contábil da carteira	5.417.409	30.990.544	36.407.953	100,0%
Consolidado				
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.396.367	18.048.042	20.444.409	53,0%
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.149.185	7.191.862	10.341.047	27,0%
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	836.097	6.283.566	7.119.663	20,0%
Valor contábil da carteira	6.381.649	31.523.470	37.905.119	100,0%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	30.09.2025							
	Valor justo					Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
Vencimento em dias								
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	125.877	284.483	1.021.767	15.177.847	2.806.574	19.476.635	19.416.548	(60.087)
 Títulos públicos	-	233.958	939.546	13.046.261	2.576.868	16.793.134	16.796.633	3.499
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	773.528	6.893.104	651.154	8.317.334	8.317.786	452
Letras do Tesouro Nacional	-	233.958	50.238	4.775.858	1.046.367	6.093.234	6.106.421	13.187
Notas do Tesouro Nacional	-	-	115.780	1.377.299	879.347	2.382.566	2.372.426	(10.140)
 Títulos privados	125.877	50.525	82.221	2.131.586	229.706	2.683.501	2.619.915	(63.586)
Ações	9.832	-	-	-	-	9.891	9.832	(59)
Cotas de fundos de investimentos	116.045	50.525	33.794	1.861.901	219.411	2.346.939	2.281.676	(65.263)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	6.661	212.283	-	215.968	218.944	2.976
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	41.766	57.402	10.295	110.703	109.463	(1.240)
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	586.452	2.562.733	4.163.515	2.559.042	10.006.236	9.871.742	(134.494)
 Títulos públicos	-	586.452	2.503.809	3.966.145	2.297.951	9.404.779	9.354.357	(50.422)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.606.694	-	2.606.712	2.606.694	(18)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	228.150	774.941	-	1.000.651	1.003.091	2.440
Notas do Tesouro Nacional	-	-	214.046	312.189	1.164.226	1.779.140	1.690.461	(88.679)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	42.509	456.751	272.321	1.133.725	1.861.832	1.905.306	43.474
Notas do governo de outros países	-	543.943	1.604.862	-	-	2.156.444	2.148.805	(7.639)
 Títulos privados	-	-	58.924	197.370	261.091	601.457	517.385	(84.072)
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	-	-	-	-	52.914	157.942	52.914	(105.028)
Debêntures	-	-	-	197.370	-	193.673	197.370	3.697
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	58.924	-	208.177	249.842	267.101	17.259
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	32.727	803.370	6.194.450	89.116	7.119.663	7.119.663	-
 Títulos públicos	-	-	780.020	6.095.296	89.116	6.964.432	6.964.432	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	364.813	3.655.319	-	4.020.132	4.020.132	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	415.207	2.439.977	89.116	2.944.300	2.944.300	-
 Títulos privados	-	32.727	23.350	99.154	-	155.231	155.231	-
Letras financeiras	-	32.727	23.350	26.414	-	82.491	82.491	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	37.826	-	37.826	37.826	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	34.914	-	34.914	34.914	-
Total (1 + 2 + 3)	125.877	903.662	4.387.870	25.535.812	5.454.732	36.602.534	36.407.953	(194.581)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	30.09.2025							
	Valor justo					Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.035.535	328.520	1.032.312	15.270.417	2.777.625	20.501.449	20.444.409	(57.040)
 Títulos públicos	-	233.958	950.091	13.119.071	2.576.868	16.871.916	16.879.988	8.072
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	784.073	6.965.914	651.154	8.396.116	8.401.141	5.025
Letras do Tesouro Nacional	-	233.958	50.238	4.775.858	1.046.367	6.093.234	6.106.421	13.187
Notas do Tesouro Nacional	-	-	115.780	1.377.299	879.347	2.382.566	2.372.426	(10.140)
 Títulos privados	1.035.535	94.562	82.221	2.151.346	200.757	3.629.533	3.564.421	(65.112)
Ações	9.832	-	-	-	-	9.891	9.832	(59)
Debêntures	-	-	-	-	339	339	339	-
Cotas de fundos de investimento	1.025.703	48.293	33.794	1.892.707	190.123	3.238.147	3.190.620	(47.527)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	6.661	212.283	-	215.968	218.944	2.976
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	46.269	41.766	46.356	10.295	165.188	144.686	(20.502)
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	586.452	2.562.733	4.163.515	3.028.347	10.458.187	10.341.047	(117.140)
 Títulos públicos	-	586.452	2.503.809	3.966.145	2.297.951	9.404.779	9.354.357	(50.422)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.606.694	-	2.606.712	2.606.694	(18)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	228.150	774.941	-	1.000.651	1.003.091	2.440
Notas do Tesouro Nacional	-	-	214.046	312.189	1.164.226	1.779.140	1.690.461	(88.679)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	42.509	456.751	272.321	1.133.725	1.861.832	1.905.306	43.474
Notas do governo de outros países	-	543.943	1.604.862	-	-	2.156.444	2.148.805	(7.639)
 Títulos privados	-	-	58.924	197.370	730.396	1.053.408	986.690	(66.718)
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	-	-	-	-	522.219	609.893	522.219	(87.674)
Debêntures	-	-	-	197.370	-	193.673	197.370	3.697
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	58.924	-	208.177	249.842	267.101	17.259
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	32.727	803.370	6.194.450	89.116	7.119.663	7.119.663	-
 Títulos públicos	-	-	780.020	6.095.296	89.116	6.964.432	6.964.432	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	364.813	3.655.319	-	4.020.132	4.020.132	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	415.207	2.439.977	89.116	2.944.300	2.944.300	-
 Títulos privados	-	32.727	23.350	99.154	-	155.231	155.231	-
Letras financeiras	-	32.727	23.350	26.414	-	82.491	82.491	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	37.826	-	37.826	37.826	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	34.914	-	34.914	34.914	-
Total (1 + 2 + 3)	1.035.535	947.699	4.398.415	25.628.382	5.895.088	38.079.299	37.905.119	(174.180)

⁽¹⁾ Refere-se aos fundos de investimento cujos ativos foram, de forma irrevogável, classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" (VJORA), conforme a faculdade prevista na norma aplicável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros e com acordo de revenda	1.241.480	836.478
Títulos de renda fixa ⁽¹⁾	2.818.901	2.868.009
Títulos no exterior ⁽¹⁾	199.192	199.192
Títulos de renda variável	(3.149)	(5.909)
Aplicações em fundos de investimentos	207.092	202.644
Aplicações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	(125.736)	(125.736)
Total	4.337.780	3.974.678

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos.

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado
	01.01 a 30.09.2025
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.877
Títulos mensurados pelo custo amortizado	(300)
Aplicações em depósitos interfinanceiros e com acordo de revenda	4.804
Total	14.381



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f) Movimentação das perdas esperadas para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado, segregadas por estágios:

	Perda esperada 01/01/2025	Constituição / (reversão)	Aquisições	Liquidações	Transferências	Perda esperada 30/09/2025	% em 30/09/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Banco e Consolidado							
Estágio 1							
Eurobonds	235	75	-	-	-	310	
Total	235	75	-	-	-	310	0,2%
Estágio 3							
Certificado de Recebíveis Imobiliários	161.550	(9.952)	-	-	-	151.598	
Total	161.550	(9.952)	-	-	-	151.598	99,8%
Resumo dos estágios							
Certificado de Recebíveis Imobiliários	161.550	(9.952)	-	-	-	151.598	
Eurobonds	235	75	-	-	-	310	
Total	161.785	(9.877)	-	-	-	151.908	100,0%
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado							
Banco e Consolidado							
Estágio 1							
Letras Financeiras	77	-	11	-	-	88	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	2.044	(106)	359	(580)	(494)	1.223	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.406	(17)	169	(183)	-	1.375	
Total	3.527	(123)	539	(763)	(494)	2.686	70,2%
Estágio 2							
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	647	-	-	494	1.141	
Total	-	647	-	-	-	1.141	29,8%
Resumo dos estágios							
Letras Financeiras	77	-	11	-	-	88	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	2.044	541	359	(580)	-	2.364	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.406	(17)	169	(183)	-	1.375	
Total	3.527	524	539	(763)	-	3.827	100,0%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às demandas de seus clientes. As posições próprias são classificadas como destinadas a *hedge*, seja de risco de mercado ou de fluxo de caixa, ou como voltadas à negociação, estando ambas sujeitas a limites e alçadas previamente definidos pela companhia.

A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está alinhada às análises macroeconômicas e conta com a aprovação da Administração. No mercado de opções, as posições ativas (compradas) têm o conglomerado como titular, enquanto as posições passivas (vendas) o têm como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento de riscos com derivativos são revisados periodicamente, e as decisões são tomadas com base na melhor relação risco-retorno, considerando estimativas de perdas por meio da análise de cenários.

O conglomerado dispõe de ferramentas e sistemas específicos para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, sejam padronizados ou não, está condicionada à análise prévia de risco. A avaliação de risco das controladas é realizada individualmente, enquanto o gerenciamento ocorre de forma consolidada.

Para mensuração dos riscos, inclusive os relacionados a derivativos, são utilizadas metodologias estatísticas e de simulação, como modelos de valor em risco (VaR), análises de sensibilidade e testes de estresse.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de setembro de 2025

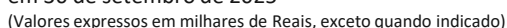
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

	Banco e Consolidado		
	30.09.2025		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros			
Compromissos de compra	20.269.629	-	-
DI	12.605.953	-	-
Moedas	3.088.367	-	-
Índice	2.068.321	-	-
Cupom cambial	2.175.091	-	-
Outros	331.897	-	-
Compromissos de venda	54.181.949	-	-
DI	43.511.587	-	-
Moedas	845.839	-	-
Índice	1.965.867	-	-
Cupom cambial	7.673.240	-	-
Outros	185.416	-	-
2 - Operações a termo			
Posição ativa	2.271.289	2.271.289	2.271.256
Termo de moeda	769.151	769.151	769.939
Termo de títulos públicos	1.502.138	1.502.138	1.501.317
Posição passiva	2.271.289	(2.271.289)	(2.269.953)
Termo de moeda	769.151	(769.151)	(768.015)
Termo de títulos públicos	1.502.138	(1.502.138)	(1.501.938)
3 - Contratos de opções			
De compra – Posição comprada	11.290.143	39.486	9.875
Moeda estrangeira	932.500	33.816	8.615
Opções Flexíveis	382.643	5.500	1.158
Outros	9.975.000	170	102
De venda – Posição comprada	38.848.750	28.722	15.497
Moeda estrangeira	224.750	5.071	8.023
DI	38.624.000	23.651	7.474
De compra – Posição vendida	1.330.750	(50.632)	(16.939)
Moeda estrangeira	1.330.750	(50.632)	(16.939)
De venda – Posição vendida	38.973.174	(28.692)	(14.697)
DI	38.624.000	(23.055)	(5.470)
Opções Flexíveis	349.174	(5.637)	(9.227)
4 - Contratos de swaps ^{(1) (2)}			
Posição ativa	13.645.425	521.924	647.470
DI	7.780.913	378.806	462.000
Moeda estrangeira	795.963	73.408	102.250
Pré-fixado	5.068.549	69.710	83.220
Posição passiva	15.830.123	(861.442)	(1.170.904)
DI	7.890.498	(211.513)	(412.759)
Moeda estrangeira	1.117.652	(106.456)	(198.601)
Pré-fixado	6.173.058	(475.552)	(512.485)
IPCA	648.915	(67.921)	(47.059)
5 - Contratos de câmbio			
Posição ativa	3.315.190	3.315.190	3.319.663
Câmbio comprado a liquidar	2.110.669	2.110.669	2.115.142
Direitos sobre vendas de câmbio	1.204.521	1.204.521	1.204.521
Posição passiva	3.350.878	(3.350.878)	(3.271.694)
Câmbio vendido a liquidar	2.131.311	(2.131.311)	(2.052.127)
Obrigações por compras de câmbio	1.219.567	(1.219.567)	(1.219.567)
6 - Outros instrumentos financeiros derivativos			
Posição ativa	19.883.086	165.534	174.507
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	19.861.812	165.206	174.133
Derivativos de crédito	21.274	328	374
Posição passiva	2.992.123	(1.356.163)	(372.305)
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.673.007	(1.355.528)	(371.609)
Derivativos de crédito	319.116	(635)	(696)
Total ativo - Banco e Consolidado (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	109.523.512	6.342.145	6.438.268
Total passivo - Banco e Consolidado (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	116.658.997	(7.919.096)	(7.116.492)

⁽¹⁾ O valor justo das operações de swap e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito próprio no montante de R\$ 3.396 (ajuste de spread de crédito).

⁽²⁾ A apresentação dos contratos de swap por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.



Vencimento em dias	Banco e Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2025
Contratos futuros	6.594.661	17.477.125	11.776.252	38.603.540	74.451.578
Contratos a termo	1.627.620	341.358	142.877	159.434	2.271.289
Contratos de opções	38.211.936	11.441.506	40.334.091	455.284	90.442.817
Contratos de swaps	1.796.349	5.373.736	3.662.493	18.642.970	29.475.548
Contratos de câmbio	4.241.174	1.411.228	892.490	121.176	6.666.068
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	15.428.249	4.818.918	1.599.989	687.663	22.534.819
Derivativos de crédito	-	319.116	-	21.274	340.390
Total	67.899.989	41.182.987	58.408.192	58.691.341	226.182.509

Banco e Consolidado	30.09.2025							
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Contratos de câmbio	Non Deliverable	Derivativos de crédito	Total
Bolsa de valores	74.451.578	-	89.711.000	-	-	-	-	164.162.578
Balcão	-	2.271.289	731.817	29.475.548	6.666.068	22.534.819	340.390	62.019.931
Instituições do mercado financeiro	-	2.271.289	-	22.139.067	1.905.991	13.021.038	-	39.337.385
Clientes	-	-	731.817	7.336.481	4.760.077	9.513.781	340.390	22.682.545

	30.09.2025		
Banco e Consolidado	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap de crédito			
Risco transferido	340.390	(307)	(322)
Por indexador			
Posição ativa – Pré-fixado	21.274	328	374
Posição passiva – Pré-fixado	319.116	(635)	(696)

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 1.089 em 30 de setembro de 2025.

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Letras Financeiras do Tesouro	303.992	362.303
Letras do Tesouro Nacional	92.383	92.383
Notas do Tesouro Nacional	1.557.026	1.557.026
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	57.356	57.356
Outros	56.490	56.490
Total	2.067.247	2.125.558

f) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco e Consolidado		
	30.09.2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Operações de termo	2.111.833	159.423	2.271.256
Mercado de opções	24.641	731	25.372
Contratos de <i>swaps</i>	403.610	243.860	647.470
Contratos de câmbio	3.259.177	60.486	3.319.663
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	158.473	15.660	174.133
Derivativos de crédito	-	374	374
Total	5.957.734	480.534	6.438.268
Passivo			
Operações de termo	(2.110.519)	(159.434)	(2.269.953)
Mercado de opções	(11.508)	(20.128)	(31.636)
Contratos de <i>swaps</i>	(249.343)	(921.561)	(1.170.904)
Contratos de câmbio	(3.211.004)	(60.690)	(3.271.694)
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	(326.742)	(44.867)	(371.609)
Derivativos de crédito	(696)	-	(696)
Total	(5.909.812)	(1.206.680)	(7.116.492)

g) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge accounting*

O conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de *Asset Liability Management* (ALM). O conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se mova em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade decorrem de descasamentos de prazos entre os instrumentos financeiros e os itens objeto da relação de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

***Hedge* de risco de mercado (*Hedge* de valor justo)**

O conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de operações de crédito e de letras financeiras com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos futuros de DI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	30.09.2025				
		Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>		Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Banco e Consolidado						
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	21.682.488	-	(288.610)	-	3.284.688
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Títulos emitidos	-	332.170	-	76.926	(82.802)
Total		21.682.488	332.170	(288.610)	76.926	3.201.888

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações de crédito, o conglomerado reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso se deve ao fato de se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.09.2025			
	Valor referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos		
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	448.855	20.237.214	(3.218.598)	(16.712)
Total	448.855	20.237.214	(3.218.598)	(16.712)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que, confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada, para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

No período findo em 30 de setembro de 2025, não houve desmonte de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior e outros títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD e EUR), o conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de <i>hedge</i>	30.09.2025				
	Rubrica do balanço	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
		Ativos	Passivos		
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Títulos emitidos	-	7.383.417	(12.457)	(12.399)
Risco de <i>variação cambial</i>					
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	911.680	-	120.311	(81.320)
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Títulos emitidos	-	3.372.261	379.607	(32.760)
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.083.201	95.984	(337)
Total		911.680	12.838.879	583.445	(126.816)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.09.2025				
	Valor contábil / referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos			
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	7.532.779	-	12.417	(27.263)	30
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(3) (4) (5)}	5.468.180	995.363	(596.260)	(76.772)	(2.318)
Total	13.000.959	995.363	(583.843)	(104.035)	(2.288)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que, confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 3.485.054 em 30 de setembro de 2025.

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de títulos da dívida externa brasileira é de R\$ 922.630 em 30 de setembro de 2025.

⁽⁵⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações por empréstimos no exterior é de R\$ 2.169.462 em 30 de setembro de 2025.

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em "Outros resultados abrangentes" e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

No período findo em 30 de setembro de 2025, o ajuste ao valor justo da parcela efetiva, no montante de R\$ (104.035) foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (2.182) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao *hedge* de fluxo de caixa que o conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ (15.230).

h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Contratos de <i>swap</i>	(7.723)	(7.723)
Contratos a termo	(17.493)	(18.385)
Contratos de opções	(9.147)	(9.147)
Contratos de futuros	(770.811)	(770.811)
Contratos de câmbio	(673.826)	(673.826)
Derivativos de crédito	(8.193)	(8.193)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	1.209.383	1.209.383
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(966.397)	(966.397)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(316.628)	(319.207)
Total	(1.560.835)	(1.564.306)

15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	Nota	Banco	Consolidado
		30.09.2025	30.09.2025
Operações de crédito		64.064.977	72.770.165
Pessoas físicas		57.323.566	65.973.836
Empréstimos		4.854.482	4.855.292
Financiamentos ⁽¹⁾		52.075.594	55.864.319
Crédito consignado		393.490	393.490
Cartão de crédito		-	4.860.735
Pessoas jurídicas		6.741.411	6.796.329
Outras operações com características de concessão de crédito		11.611.593	11.603.793
Operações de arrendamento mercantil financeiro		-	97.040
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto)	15g	75.676.570	84.470.998
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	15h	(7.678.425)	(9.338.115)
Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(288.610)	(288.610)
Total de operações de crédito e de outras operações com características de concessão de crédito (saldo líquido)		67.709.535	74.844.273
Ativo circulante		33.834.463	39.657.072
Ativo não circulante		33.875.072	35.187.201

⁽¹⁾ Contempla financiamento de veículos e outros financiamentos.

⁽²⁾ Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se a carteira de operações de crédito que é objeto de *hedge* e faz parte de estrutura de *hedge accounting*.

b) Resultado de operações de crédito e outros títulos

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Operações de crédito	8.714.326	9.870.371
Empréstimos	1.409.198	1.901.726
Financiamentos	7.289.459	7.930.394
Outras	15.669	38.251
Outras operações com características de concessão de crédito	1.658.344	1.662.015
Total	10.372.670	11.532.386

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco		Consolidado	
	30.09.2025	%	30.09.2025	%
Setor privado	75.676.570	100,00%	84.470.998	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	58.684.328	77,55%	67.436.407	79,83%
Pessoa jurídica	16.992.242	22,45%	17.034.591	20,17%
Açúcar e etanol	1.843.370	2,44%	1.837.635	2,18%
Agronegócio	2.874.870	3,80%	2.865.926	3,39%
Atividades específicas da construção	448.732	0,59%	447.335	0,53%
Automotivo	574.626	0,76%	572.798	0,68%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.452.666	3,24%	2.444.999	2,89%
Comércio varejista	1.264.993	1,67%	1.260.952	1,49%
Construção pesada	281.921	0,37%	281.044	0,33%
Cooperativas	1.164.144	1,54%	1.160.522	1,37%
Energia elétrica	1.606.966	2,12%	1.601.967	1,90%
Instituições e serviços financeiros	876.712	1,16%	873.985	1,03%
Madeireiro e moveleiro	9.362	0,01%	9.333	0,01%
Mineração e metalurgia	95.805	0,13%	95.507	0,11%
Papel e celulose	131.393	0,17%	130.984	0,16%
Pequenas e médias empresas ⁽²⁾	144.495	0,19%	239.814	0,28%
Químico	274.205	0,36%	273.352	0,32%
Serviços	1.905.673	2,52%	1.966.375	2,33%
Telecomunicações	334.759	0,44%	266.788	0,32%
Têxtil e confecções	156.625	0,21%	156.138	0,18%
Transportes	522.907	0,69%	521.224	0,62%
Demais atividades	28.018	0,04%	27.913	0,05%
Total da carteira de crédito	75.676.570	100,00%	84.470.998	100,00%

⁽¹⁾ Contempla operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito.

⁽²⁾ Inclui operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizadas com pequenas e médias empresas.

d) Resultado de provisão para perdas esperadas associadas a carteira de crédito

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(1.621.877)	(2.272.084)
Operações de crédito	(1.452.387)	(2.100.186)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(169.490)	(171.898)
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	329.111	499.441
Operações de crédito	317.237	484.068
Outras operações com características de concessão de crédito	11.874	15.373
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(1.292.766)	(1.772.643)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	19.409	(16.847)
Compromissos de crédito	20.479	(15.777)
Outros riscos	(1.070)	(1.070)
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	19.409	(16.847)
Total	(1.273.357)	(1.789.490)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas no passivo em "Provisão para perda - Outros riscos" (Nota 24) e "Provisões para perda esperada" (Nota 15h).

e) Carteira por prazos de vencimento

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Vencidas a partir de 1 dia de atraso ⁽¹⁾	2.451.005	3.439.186
A vencer em até 90 dias	10.958.203	13.882.056
A vencer entre 91 a 360 dias	23.474.933	26.069.048
A vencer acima de 360 dias	38.792.429	41.080.708
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto) ⁽²⁾	75.676.570	84.470.998

⁽¹⁾ Contempla apenas o saldo das parcelas vencidas, não incluindo as parcelas vincendas do mesmo contrato que se encontram adimplentes.

⁽²⁾ Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Concentração das operações de crédito

	30.09.2025	% da carteira
Banco		
Maior devedor	248.922	0,33%
10 Maiores devedores	1.569.157	2,07%
20 Maiores devedores	2.470.199	3,26%
50 Maiores devedores	4.254.959	5,62%
100 Maiores devedores	5.924.811	7,83%
Consolidado		
Maior devedor	248.922	0,29%
10 Maiores devedores	1.569.157	1,86%
20 Maiores devedores	2.470.199	2,92%
50 Maiores devedores	4.254.959	5,04%
100 Maiores devedores	5.942.108	7,03%

g) Valor contábil bruto ⁽¹⁾ (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)

Reconciliação do valor contábil bruto, segregado por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 30/09/2025 ⁽³⁾
Banco							
Operações de crédito	59.079.409	578.718	75.780	(2.708.221)	(2.169.590)	(1.342.679)	53.513.417
Pessoas físicas	50.179.488	578.718	75.780	(2.635.700)	(2.141.096)	1.106.930	47.164.120
Financiamentos de veículos	46.057.957	514.621	70.411	(2.389.390)	(1.913.660)	580.131	42.920.070
Outros	4.121.531	64.097	5.369	(246.310)	(227.436)	526.799	4.244.050
Pessoas jurídicas	8.899.921	-	-	(72.521)	(28.494)	(2.449.609)	6.349.297
Outras operações com características de concessão de crédito	8.778.860	48.749	-	(31.728)	(10.143)	2.150.465	10.936.203
Operações de arrendamento mercantil financeiro	50	-	-	-	-	(50)	-
Total	67.858.319	627.467	75.780	(2.739.949)	(2.179.733)	807.736	64.449.620
Consolidado							
Operações de crédito	62.663.976	778.853	90.076	(3.076.924)	(2.306.433)	2.128.793	60.278.341
Pessoas físicas	53.754.647	778.853	90.076	(3.004.403)	(2.277.939)	4.536.087	53.877.321
Financiamentos de veículos	46.057.957	514.621	70.411	(2.389.390)	(1.913.660)	580.131	42.920.070
Outros	7.696.690	264.232	19.665	(615.013)	(364.279)	3.955.956	10.957.251
Pessoas jurídicas	8.909.329	-	-	(72.521)	(28.494)	(2.407.294)	6.401.020
Outras operações com características de concessão de crédito	8.778.860	48.749	-	(31.728)	(10.143)	2.143.119	10.928.857
Operações de arrendamento mercantil financeiro	50	-	-	-	-	96.990	97.040
Total	71.442.886	827.602	90.076	(3.108.652)	(2.316.576)	4.368.902	71.304.238

Estágio 2		Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 30/09/2025	
Banco									
Operações de crédito		4.212.113	2.708.221	49.482	(578.718)	(1.555.577)	(684.005)	4.151.516	
Pessoas físicas		3.994.071	2.635.700	46.625	(578.718)	(1.541.817)	(595.342)	3.960.519	
Financiamentos de veículos		3.643.224	2.389.390	44.083	(514.621)	(1.384.533)	(601.675)	3.575.868	
Outros		350.847	246.310	2.542	(64.097)	(157.284)	6.333	384.651	
Pessoas jurídicas		218.042	72.521	2.857	-	(13.760)	(88.663)	190.997	
Outras operações com características de concessão de crédito		131.134	31.728	-	(48.749)	-	214.868	328.981	
Total		4.343.247	2.739.949	49.482	(627.467)	(1.555.577)	(469.137)	4.480.497	
Consolidado									
Operações de crédito		4.739.911	3.076.924	54.438	(778.853)	(1.757.714)	(360.974)	4.973.732	
Pessoas físicas		4.519.388	3.004.403	51.581	(778.853)	(1.743.954)	(271.386)	4.781.179	
Financiamentos de veículos		3.643.224	2.389.390	44.083	(514.621)	(1.384.533)	(601.675)	3.575.868	
Outros		876.164	615.013	7.498	(264.232)	(359.421)	330.289	1.205.311	
Pessoas jurídicas		220.523	72.521	2.857	-	(13.760)	(89.588)	192.553	
Outras operações com características de concessão de crédito		131.134	31.728	-	(48.749)	-	214.647	328.760	
Total		4.871.045	3.108.652	54.438	(827.602)	(1.757.714)	(146.327)	5.302.492	
Estágio 3		Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 30/09/2025
Banco									
Operações de crédito		4.603.625	2.169.590	1.555.577	(75.780)	(49.482)	(270.988)	(1.532.498)	6.400.044
Pessoas físicas		4.227.430	2.141.096	1.541.817	(75.780)	(46.625)	(231.228)	(1.357.783)	6.198.927
Financiamentos de veículos		3.853.669	1.913.660	1.384.533	(70.411)	(44.083)	(200.412)	(1.308.120)	5.528.836
Outros		373.761	227.436	157.284	(5.369)	(2.542)	(30.816)	(49.663)	670.091
Pessoas jurídicas		376.195	28.494	13.760	-	(2.857)	(39.760)	(174.715)	201.117
Outras operações com características de concessão de crédito		185.289	10.143	-	-	-	(18.075)	169.052	346.409
Operações de arrendamento mercantil financeiro		89	-	-	-	-	-	(89)	-
Total		4.789.003	2.179.733	1.555.577	(75.780)	(49.482)	(289.063)	(1.363.535)	6.746.453
Consolidado									
Operações de crédito		5.303.762	2.306.433	1.757.714	(90.076)	(54.438)	(751.804)	(953.499)	7.518.092
Pessoas físicas		4.858.874	2.277.939	1.743.954	(90.076)	(51.581)	(712.044)	(711.730)	7.315.336
Financiamentos de veículos		3.853.669	1.913.660	1.384.533	(70.411)	(44.083)	(200.412)	(1.308.120)	5.528.836
Outros		1.005.205	364.279	359.421	(19.665)	(7.498)	(511.632)	596.390	1.786.500
Pessoas jurídicas		444.888	28.494	13.760	-	(2.857)	(39.760)	(241.769)	202.756
Outras operações com características de concessão de crédito		185.289	10.143	-	-	-	(18.075)	168.819	346.176
Operações de arrendamento mercantil financeiro		89	-	-	-	-	-	(89)	-
Total		5.489.140	2.316.576	1.757.714	(90.076)	(54.438)	(769.879)	(784.769)	7.864.268

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Transf. entre estágios	Write off	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 30/09/2025
Banco					
Por operação:					
Operações de crédito	67.895.147	-	(270.988)	(3.559.182)	64.064.977
Pessoas físicas	58.400.989	-	(231.228)	(846.195)	57.323.566
Financiamentos de veículos	53.554.850	-	(200.412)	(1.329.664)	52.024.774
Outros	4.846.139	-	(30.816)	483.469	5.298.792
Pessoas jurídicas	9.494.158	-	(39.760)	(2.712.987)	6.741.411
Outras operações com características de concessão de crédito	9.095.283	-	(18.075)	2.534.385	11.611.593
Operações de arrendamento mercantil financeiro	139	-	-	(139)	-
Total	76.990.569	-	(289.063)	(1.024.936)	75.676.570
Por estágio:					
Estágio 1	67.858.319	(4.216.435)	-	807.736	64.449.620
Estágio 2	4.343.247	606.387	-	(469.137)	4.480.497
Estágio 3	4.789.003	3.610.048	(289.063)	(1.363.535)	6.746.453
Total	76.990.569	-	(289.063)	(1.024.936)	75.676.570
Consolidado					
Por operação:					
Operações de crédito	72.707.649	-	(751.804)	814.320	72.770.165
Pessoas físicas	63.132.909	-	(712.044)	3.552.971	65.973.836
Financiamentos de veículos	53.554.850	-	(200.412)	(1.329.664)	52.024.774
Outros	9.578.059	-	(511.632)	4.882.635	13.949.062
Pessoas jurídicas	9.574.740	-	(39.760)	(2.738.651)	6.796.329
Outras operações com características de concessão de crédito	9.095.283	-	(18.075)	2.526.585	11.603.793
Operações de arrendamento mercantil financeiro	139	-	-	96.901	97.040
Total	81.803.071	-	(769.879)	3.437.806	84.470.998
Por estágio:					
Estágio 1	71.442.886	(4.507.550)	-	4.368.902	71.304.238
Estágio 2	4.871.045	577.774	-	(146.327)	5.302.492
Estágio 3	5.489.140	3.929.776	(769.879)	(784.769)	7.864.268
Total	81.803.071	-	(769.879)	3.437.806	84.470.998

⁽¹⁾ Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

⁽²⁾ Inclui apropriação de juros das operações de crédito e de outras operações com características de concessão de crédito.

⁽³⁾ Não houve ativos financeiros alocados no primeiro estágio com mais de 30 (trinta) dias de atraso em 30 de setembro de 2025.

h) Perda Esperada

Reconciliação da perda esperada, que inclui provisão para carteira *off balance*, segregada por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/09/2025
Banco							
Operações de crédito	(1.943.139)	(180.330)	(44.175)	163.310	165.998	361.733	(1.476.603)
Pessoas físicas	(1.906.840)	(180.330)	(44.175)	163.034	165.822	339.423	(1.463.066)
Financiamentos de veículos	(1.774.323)	(161.623)	(40.481)	147.908	146.847	388.479	(1.293.193)
Outros	(132.517)	(18.707)	(3.694)	15.126	18.975	(49.056)	(169.873)
Pessoas jurídicas	(36.299)	-	-	276	176	22.310	(13.537)
Outras operações com características de concessão de crédito	(41.864)	(2.289)	-	210	108	1.729	(42.106)
Total	(1.985.003)	(182.619)	(44.175)	163.520	166.106	363.462	(1.518.709)
Consolidado							
Operações de crédito	(2.466.423)	(226.475)	(56.962)	185.821	174.920	604.484	(1.784.635)
Pessoas físicas	(2.426.594)	(226.475)	(56.962)	185.545	174.744	592.962	(1.756.780)
Financiamentos de veículos	(1.774.323)	(161.623)	(40.481)	147.908	146.847	388.479	(1.293.193)
Outros	(652.271)	(64.852)	(16.481)	37.637	27.897	204.483	(463.587)
Pessoas jurídicas	(39.829)	-	-	276	176	11.522	(27.855)
Outras operações com características de concessão de crédito	(41.864)	(2.289)	-	210	108	(22.671)	(66.506)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(471)	(471)
Total	(2.508.287)	(228.764)	(56.962)	186.031	175.028	581.342	(1.851.612)

Estágio 2		Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/09/2025
Banco								
Operações de crédito		(1.484.146)	(163.310)	(29.585)	180.330	636.375	(499.106)	(1.359.442)
Pessoas físicas		(1.465.841)	(163.034)	(28.860)	180.330	633.824	(497.486)	(1.341.067)
Financiamentos de veículos		(1.339.317)	(147.908)	(27.080)	161.623	573.050	(442.455)	(1.222.087)
Outros		(126.524)	(15.126)	(1.780)	18.707	60.774	(55.031)	(118.980)
Pessoas jurídicas		(18.305)	(276)	(725)	-	2.551	(1.620)	(18.375)
Outras operações com características de concessão de crédito		(7.959)	(210)	-	2.289	-	(36.427)	(42.307)
Total		(1.492.105)	(163.520)	(29.585)	182.619	636.375	(535.533)	(1.401.749)
Consolidado								
Operações de crédito		(1.722.960)	(185.821)	(33.924)	226.475	743.853	(688.471)	(1.660.848)
Pessoas físicas		(1.702.595)	(185.545)	(33.199)	226.475	741.302	(680.009)	(1.633.571)
Financiamentos de veículos		(1.339.317)	(147.908)	(27.080)	161.623	573.050	(442.455)	(1.222.087)
Outros		(363.278)	(37.637)	(6.119)	64.852	168.252	(237.554)	(411.484)
Pessoas jurídicas		(20.365)	(276)	(725)	-	2.551	(8.462)	(27.277)
Outras operações com características de concessão de crédito		(7.959)	(210)	-	2.289	-	(51.597)	(57.477)
Total		(1.730.919)	(186.031)	(33.924)	228.764	743.853	(740.068)	(1.718.325)

Estágio 3		Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1 ⁽¹⁾	Transferência para estágio 2 ⁽¹⁾	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/09/2025
Banco									
Operações de crédito		(3.222.171)	(165.998)	(636.375)	44.175	29.585	270.988	(958.565)	(4.638.361)
Pessoas físicas		(2.894.216)	(165.822)	(633.824)	44.175	28.860	231.228	(938.818)	(4.328.417)
Financiamentos de veículos		(2.586.567)	(146.847)	(573.050)	40.481	27.080	200.412	(797.324)	(3.835.815)
Outros		(307.649)	(18.975)	(60.774)	3.694	1.780	30.816	(141.494)	(492.602)
Pessoas jurídicas		(327.955)	(176)	(2.551)	-	725	39.760	(19.747)	(309.944)
Outras operações com características de concessão de crédito		(136.367)	(108)	-	-	-	18.075	(1.206)	(119.606)
Operações de arrendamento mercantil financeiro		(89)	-	-	-	-	-	89	-
Total		(3.358.627)	(166.106)	(636.375)	44.175	29.585	289.063	(959.682)	(4.757.967)
Consolidado									
Operações de crédito		(3.904.237)	(174.920)	(743.853)	56.962	33.924	751.804	(1.743.099)	(5.723.419)
Pessoas físicas		(3.512.387)	(174.744)	(741.302)	56.962	33.199	712.044	(1.720.275)	(5.346.503)
Financiamentos de veículos		(2.586.567)	(146.847)	(573.050)	40.481	27.080	200.412	(797.324)	(3.835.815)
Outros		(925.820)	(27.897)	(168.252)	16.481	6.119	511.632	(922.951)	(1.510.688)
Pessoas jurídicas		(391.850)	(176)	(2.551)	-	725	39.760	(22.824)	(376.916)
Outras operações com características de concessão de crédito		(136.367)	(108)	-	-	-	18.075	73.641	(44.759)
Operações de arrendamento mercantil financeiro		(89)	-	-	-	-	-	89	-
Total		(4.040.693)	(175.028)	(743.853)	56.962	33.924	769.879	(1.669.369)	(5.768.178)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/09/2025
Banco					
Por operação:					
Operações de crédito	(6.649.456)	-	270.988	(1.095.938)	(7.474.406)
Pessoas físicas	(6.266.897)	-	231.228	(1.096.881)	(7.132.550)
Financiamentos de veículos	(5.700.207)	-	200.412	(851.300)	(6.351.095)
Outros	(566.690)	-	30.816	(245.581)	(781.455)
Pessoas jurídicas	(382.559)	-	39.760	943	(341.856)
Outras operações com características de concessão de crédito	(186.190)	-	18.075	(35.904)	(204.019)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(89)	-	-	89	-
Total	(6.835.735)	-	289.063	(1.131.753)	(7.678.425)
Por estágio:					
Estágio 1	(1.985.003)	102.832	-	363.462	(1.518.709)
Estágio 2	(1.492.105)	625.889	-	(535.533)	(1.401.749)
Estágio 3	(3.358.627)	(728.721)	289.063	(959.682)	(4.757.967)
Total	(6.835.735)	-	289.063	(1.131.753)	(7.678.425)
Consolidado					
Por operação:					
Operações de crédito	(8.093.620)	-	751.804	(1.827.086)	(9.168.902)
Pessoas físicas	(7.641.576)	-	712.044	(1.807.322)	(8.736.854)
Financiamentos de veículos	(5.700.207)	-	200.412	(851.300)	(6.351.095)
Outros	(1.941.369)	-	511.632	(956.022)	(2.385.759)
Pessoas jurídicas	(452.044)	-	39.760	(19.764)	(432.048)
Outras operações com características de concessão de crédito	(186.190)	-	18.075	(627)	(168.742)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(89)	-	-	(382)	(471)
Total	(8.279.899)	-	769.879	(1.828.095)	(9.338.115)
Por estágio:					
Estágio 1	(2.508.287)	75.333	-	581.342	(1.851.612)
Estágio 2	(1.730.919)	752.662	-	(740.068)	(1.718.325)
Estágio 3	(4.040.693)	(827.995)	769.879	(1.669.369)	(5.768.178)
Total	(8.279.899)	-	769.879	(1.828.095)	(9.338.115)

(1) Não houve ativos transferidos do estágio 3 por deixarem de atender aos critérios de caracterização de ativo problemático em 30 de setembro de 2025.

No Banco, o saldo de R\$ 188.329 referente à perda esperada de crédito está registrado no passivo em 'Provisões para perda esperada', sendo composto por R\$ 187.819 relativos a garantias financeiras prestadas e R\$ 510 a compromissos de crédito. No Consolidado, o montante total é de R\$ 471.694, composto por R\$ 187.819 em garantias financeiras prestadas e R\$ 283.875 em compromissos de crédito.

i) Informações sobre cessões de crédito

i.1) Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

	30.09.2025	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Banco	7.867.007	8.823.447
Com coobrigação	7.859.704	8.816.144
Instituições financeiras - Partes relacionadas	7.859.704	8.816.144
Sem coobrigação	7.303	7.303
Fundo de investimento em direitos creditórios - Controlada	7.303	7.303
Consolidado	7.859.704	8.816.144
Com coobrigação	7.859.704	8.816.144
Instituições financeiras - Partes relacionadas	7.859.704	8.816.144

(1) Registrado na rubrica Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

i.2) Cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios

	30.09.2025		
	Valor cessão	Valor presente	Resultado cessão ^{(1) (2)}
Banco e Consolidado	994.659	1.495.198	172.169
Financiamentos	984.090	878.182	161.600
Créditos em prejuízo	10.569	617.016	10.569

(1) Contempla as respectivas reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito existentes para as operações cedidas, cujos impactos estão apresentados no resultado na linha "(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito" no montante de R\$ 55.691 no Banco e no Consolidado.

(2) Outras despesas de provisões para perdas associadas ao risco de crédito relacionadas às cessões estão apresentadas na nota explicativa 15d.

i.3) Resultado com venda ou transferência de ativos financeiros

	Banco e Consolidado
	30.09.2025
Rendas com venda ou transferência de ativos financeiros	1.290.352
Rendas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	1.184.443
Rendas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ⁽¹⁾	105.909
Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros	(816.556)
Despesas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	(816.556)
Total	473.796

⁽¹⁾ Não inclui as receitas decorrentes de reversões de provisões, recuperações de créditos em prejuízo ou qualquer resultado cuja natureza não seja especificamente a cessão.

j) Operações renegociadas e reestruturadas

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Total de ativos renegociados em 01.01.2025	9.015.385	9.414.110
Adições	2.993.434	3.148.719
Baixas / liquidações	(2.671.843)	(2.611.865)
Total de ativos renegociados em 30.09.2025	9.336.976	9.950.964
Total de ativos reestruturados - carteira de crédito ⁽¹⁾	513.891	515.299
Total de ativos reestruturados - perda esperada ⁽¹⁾	421.725	423.024
Percentual dos ativos reestruturados (%) ⁽²⁾	5,50%	5,18%

⁽¹⁾ Total de ativos decorrentes de reestruturação no terceiro estágio.

⁽²⁾ Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados.

k) Outras informações

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Créditos contratados a liberar	1.095.975	6.181.332
Garantias financeiras prestadas (Nota 32.2.a.vi)	6.326.667	6.326.667

16. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	10
Outros créditos e rendas a receber	-	10
Outros ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	134.165	347.429
Relações com correspondentes	7.629	8.246
Dividendos a receber	11.592	-
Outros créditos e rendas a receber	43.508	82.836
Transações de cartão de crédito	-	195.441
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	8.692	8.692
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	157.088	157.088
(Perda esperada)	(100.337)	(116.771)
Outros	5.993	11.897
Total	134.165	347.439
Ativo circulante	127.607	340.881
Ativo não circulante	6.558	6.558

17. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos mantidos para a venda referem-se a imóveis e veículos não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em investimentos mantidos para venda. Os ativos mantidos para venda se classificam inicialmente como ativo circulante, onde a alienação é provável de ocorrer no prazo de até um ano.

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Imóveis	63.123	160.843
Veículos e afins	167.109	167.448
Outros	5.129	5.129
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(31.497)	(80.297)
Total	203.864	253.123
Ativo circulante	164.294	155.467
Ativo não circulante	39.570	97.656

18. OUTROS ATIVOS

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Outros ativos	970.628	1.104.599
Despesas antecipadas	167.838	173.970
Devedores diversos - No país	237.209	334.300
Adiantamentos e antecipações salariais	24.653	26.639
Adiantamentos a fornecedores	15.490	18.074
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 31c)	362.385	404.899
Outros créditos e valores a receber de sociedades ligadas	27.804	1.878
Ativos de sustentabilidade ⁽¹⁾	65.404	65.404
Outros	69.845	79.435
Total	970.628	1.104.599
Ativo circulante	596.486	687.883
Ativo não circulante	374.142	416.716

⁽¹⁾ Contempla o valor líquido, considerando a compensação de créditos de carbono e títulos verdes.

19. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
a) Movimentações nas participações coligadas e controladas em conjunto

	01.01.2025	Movimentação 01.01 a 30.09.2025		30.09.2025
	Valor do investimento ⁽¹⁾	Outros eventos ⁽²⁾	Resultado equivalência / Outros ⁽³⁾	Valor do investimento ⁽¹⁾
Banco				
1 - Controladas do Banco	3.690.207	(27.920)	299.528	3.961.815
Banco BV S.A.	3.081.989	(3.499)	(45.000)	3.033.490
BV Corretora de Seguros	1.200	-	305.680	306.880
BVIA	134.659	-	20.907	155.566
Atenas	66.274	(24.421)	2.834	44.687
BVEP	406.085	-	15.107	421.192
2 - Coligadas do Banco	101.548	(15.724)	(64.451)	21.373
Tivio Capital DTVM	29.522	-	(8.149)	21.373
EM2104 ⁽⁴⁾	72.026	(15.724)	(56.302)	-
Total (1 + 2) - Banco	3.791.755	(43.644)	235.077	3.983.188
Consolidado				
1 - Coligadas do Banco	101.548	(15.724)	(64.451)	21.373
Tivio Capital DTVM	29.522	-	(8.149)	21.373
EM2104 ⁽⁴⁾	72.026	(15.724)	(56.302)	-
2 - Coligadas do Banco BV S.A.	17.795	(13.484)	(4.311)	-
Portal Solar ⁽⁵⁾	17.795	(13.484)	(4.311)	-
3 - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP ⁽⁴⁾	6.617	(4.229)	163	2.551
Total (1 + 2 + 3) - Consolidado	125.960	(33.437)	(68.599)	23.924

⁽¹⁾ Contempla os saldos de ágio, mais valia e *impairment* no montante de R\$ (961) em 30 de setembro de 2025 e R\$ 88.859 em 01 de janeiro de 2025.

⁽²⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

⁽³⁾ Contempla movimentação no resultado de ágio, mais valia e *impairment* no período findo em 30 de setembro de 2025.

⁽⁴⁾ No período findo em 30 de setembro de 2025, o investimento na EM2104 passou a ser classificado como Ativos mantidos para venda (Nota 17). A empresa EM2104 detém 98,98% de participação na Trademaster Instituição de Pagamento Serviços e Participações S.A.

⁽⁵⁾ No período findo em 30 de setembro de 2025, o investimento no Portal Solar S.A. foi encerrado, refletindo a nova estrutura societária. Após a aquisição do controle da Meu Financiamento Solar Ltda. pelo Banco BV S.A., a empresa passou a ser consolidada.

b) Informações financeiras resumidas das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	Participação do capital social %	30.09.2025			01.01 a 30.09.2025	Quantidade de ações / cotas (em milhares)
		Ativo total	Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Capital Social	Lucro/ (prejuízo) Líquido	Ordinárias
Controladas do Banco						
Banco BV S.A.	100,00%	13.180.884	3.033.492	4.200.131	(45.000)	2.970
BV Corretora de Seguros	100,00%	454.772	306.880	1.000	305.680	200
BVIA	100,00%	199.100	155.565	99.564	20.907	75.758
Atenas ⁽¹⁾	100,00%	51.019	49.626	30.804	2.834	51.610
BVEP	100,00%	439.643	421.191	352.383	15.107	598.400
Coligadas do Banco						
Tivio Capital DTVM	38,44%	167.122	55.600	149.402	(21.199)	41.141.463

⁽¹⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽²⁾ Contempla o resultado do período.

20. ATIVOS IMOBILIZADOS

	Taxa anual de depreciação	01.01.2025	01.01 a 30.09.2025		30.09.2025		
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	10,00%	16.851	2.461	(3.564)	145.659	(129.911)	15.748
Móveis e equipamentos de uso	10,00%	4.901	552	(1.204)	34.446	(30.197)	4.249
Sistema de comunicação	20,00%	2.288	701	(836)	20.478	(18.325)	2.153
Direito de uso	-	75.203	-	(9.500)	153.877	(88.174)	65.703
Sistema de processamento de dados	20,00%	30.870	8.091	(10.487)	228.925	(200.451)	28.474
Sistema de segurança	10,00%	55	-	(11)	2.631	(2.587)	44
Sistema de transporte	20,00%	174	2	(59)	713	(596)	117
Total		130.342	11.807	(25.661)	586.729	(470.241)	116.488
Consolidado							
Instalações	10,00%	17.285	5.338	(3.874)	151.547	(132.798)	18.749
Móveis e equipamentos de uso	10,00%	5.683	2	(1.717)	39.125	(35.157)	3.968
Sistema de comunicação	20,00%	2.303	2.073	(848)	21.997	(18.469)	3.528
Direito de uso	-	75.355	801	(9.786)	154.830	(88.460)	66.370
Sistema de processamento de dados	20,00%	30.886	8.128	(10.489)	228.979	(200.454)	28.525
Sistema de segurança	10,00%	55	-	(11)	2.631	(2.587)	44
Sistema de transporte	20,00%	174	3	(59)	714	(596)	118
Total		131.741	16.345	(26.784)	599.823	(478.521)	121.302

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

21. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Ativos intangíveis (Nota 21a)	1.032.653	1.368.827
Ágio	-	311.755
Total	1.032.653	1.680.582

a) Composição

	30.09.2025		
	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil ⁽¹⁾
Banco			
Softwares adquiridos	42.491	(42.491)	-
Licenças de uso	880.996	(797.901)	83.095
Acordos por direitos de comercialização	44.999	(44.999)	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.315.657	(366.099)	949.558
Outros	7.370	(7.370)	-
Total	2.291.513	(1.258.860)	1.032.653
Consolidado			
Softwares adquiridos	73.882	(46.163)	27.719
Licenças de uso	890.161	(804.754)	85.407
Acordos por direitos de comercialização	44.999	(44.999)	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.720.634	(471.281)	1.249.353
Marcas e patentes	6.348	-	6.348
Outros	7.370	(7.370)	-
Total	2.743.394	(1.374.567)	1.368.827

⁽¹⁾ O prazo remanescente de amortização é de até 10 anos.

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	01.01.2025	01.01 a 30.09.2025				30.09.2025
		Saldo contábil	Aquisições (1)	Transferências (2)	Baixas	Amortização	Saldo contábil
Banco							
Licenças de uso	100,00%	63.458	136.951	-	-	(117.314)	83.095
Softwares desenvolvidos internamente	20,00%	1.042.018	202.831	(118.202)	(37.753)	(139.336)	949.558
Total		1.105.476	339.782	(118.202)	(37.753)	(256.650)	1.032.653
Consolidado							
Softwares adquiridos	10,00%	55.421	-	-	(22.278)	(5.424)	27.719
Licenças de uso	100,00%	65.304	142.151	-	-	(122.048)	85.407
Softwares desenvolvidos internamente	20,00%	1.183.833	301.471	-	(55.616)	(180.335)	1.249.353
Marcas e patentes (3)	-	6.348	-	-	-	-	6.348
Total		1.310.906	443.622	-	(77.894)	(307.807)	1.368.827

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ No Banco, refere-se à transferência de softwares desenvolvidos internamente para a controlada BV S.A.

⁽³⁾ Refere-se à mais valia na aquisição de controlada, cuja vida útil é indefinida.

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Banco e Consolidado		
	30.09.2025		
	Valor de custo	Valor justo (Contábil)	Ganho/(perda) não realizado
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Outros passivos financeiros	9.470.590	9.472.303	1.713
Operações com acordo de recompra - Livre movimentação	9.470.590	9.472.303	1.713
Total	9.470.590	9.472.303	1.713
Passivo circulante		9.472.303	

23. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO
a) Passivos financeiros com acordo de recompra

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Carteira própria	20.318.178	19.065.094
Letras Financeiras do Tesouro	7.182.636	6.444.443
Letras do Tesouro Nacional	6.474.784	6.399.586
Notas do Tesouro Nacional	1.408.171	968.478
Títulos privados – Debêntures	3.379.272	3.379.272
Títulos privados – Outros	1.873.315	1.873.315
Carteira de terceiros	2.794.021	1.841.818
Letras Financeiras do Tesouro	-	352.288
Letras do Tesouro Nacional	1.842.031	1.489.530
Notas do Tesouro Nacional	951.990	-
Total	23.112.199	20.906.912
Passivo circulante	22.295.899	20.090.612
Passivo não circulante	816.300	816.300

a.1) Despesas com operações com acordo de recompra

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Despesas de captações com depósitos	(2.245.929)	(2.317.459)
Depósitos a prazo	(2.174.681)	(2.220.403)
Depósitos interfinanceiros	(71.248)	(97.056)
Despesas de captações no mercado aberto	(2.338.753)	(2.199.078)
Carteira própria	(1.645.445)	(1.509.272)
Carteira de terceiros	(194.980)	(191.478)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	(498.328)	(498.328)
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(4.852.007)	(4.853.034)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(835)	(835)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(364.755)	(364.755)
Letras Financeiras - LF	(4.464.109)	(4.464.109)
Outras	(22.308)	(23.335)
Resultado com dívidas subordinadas no exterior	241.401	241.401
Total	(9.195.288)	(9.128.170)

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da variação de valor justo do passivo correspondente.

b) Depósitos

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Depósitos de clientes	22.174.219	23.765.330
Depósitos à vista	670.125	876.031
Pessoas físicas ⁽¹⁾	102.190	386.179
Pessoas jurídicas ⁽¹⁾	567.929	489.826
Vinculados	6	26
Depósitos a prazo ⁽²⁾	21.504.094	22.505.963
Moeda nacional	21.211.265	22.213.134
Moeda estrangeira	292.829	292.829
Outros depósitos	-	383.336
Depósitos de instituições financeiras	204.305	202.957
Total	22.378.524	23.968.287
Passivo circulante	21.134.064	21.721.957
Passivo não circulante	1.244.460	2.246.330

⁽¹⁾ Contempla valores a devolver a clientes, no âmbito do sistema de valores a receber (SVR).

⁽²⁾ Inclui emissão de títulos verdes (CDB *green*), maiores detalhes estão descritos na nota 33.

b.1) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 30 de setembro de 2025

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30.09.2025
Banco						
Depósitos à vista	670.125	-	-	-	-	670.125
Depósitos a prazo	-	10.710.423	9.574.794	1.118.365	100.512	21.504.094
Depósitos de instituições financeiras	-	117.121	61.600	25.584	-	204.305
Total	670.125	10.827.544	9.636.394	1.143.949	100.512	22.378.524
Consolidado						
Depósitos à vista	876.031	-	-	-	-	876.031
Depósitos a prazo	-	10.710.423	9.574.794	2.120.234	100.512	22.505.963
Outros depósitos	381.546	1.790	-	-	-	383.336
Depósitos de instituições financeiras	-	115.773	61.600	25.584	-	202.957
Total	1.257.577	10.827.986	9.636.394	2.145.818	100.512	23.968.287

c) Obrigações por empréstimos e por repasses

	Banco e Consolidado
	30.09.2025
Obrigações por empréstimos	3.980.500
Obrigações por repasses	1.496.875
Total	5.477.375

c.1) Composição de obrigações por empréstimos

	Banco e Consolidado
	30.09.2025
No exterior	3.980.500
Tomados junto a banqueiros no exterior ⁽¹⁾	3.905.093
Importação	75.407
Total	3.980.500

Passivo circulante	2.654.590
Passivo não circulante	1.325.910

⁽¹⁾ Inclui emissão de título verde, maiores detalhes estão descritos na nota 33.

c.2) Composição de obrigações por repasses

Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a.	Banco e Consolidado
		30.09.2025
Tesouro Nacional		296.907
Pré-fixado	8,00% a.a.	109.904
Pós-fixado	100,00% da SELIC	187.003
BNDÉS		203.690
Pré-fixado	2,70% a 9,27% a.a.	35.465
Pós-fixado	1,45% a.a. + IPCA	168.225
FINAME		996.278
Pré-fixado	1,05% a 8,12% a.a.	8.739
Pós-fixado	0,75% a 1,25% a.a. + IPCA 1,23% a 1,70% a.a. + SELIC 1,25% a 2,50% a.a. + TR226 1,15% a.a. + variação cambial	987.539
Total		1.496.875
Passivo circulante		737.779
Passivo não circulante		759.096

c.3) Resultado de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado
	01.01 a 30.09.2025
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	665.473
Resultado de obrigações por repasses	(66.735)
Tesouro Nacional	(12.276)
BNDÉS	(4.802)
FINAME	(49.657)
Total	598.738

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e repasses no exterior.

d) Composição de títulos emitidos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado 30.09.2025
Letras de Crédito Imobiliário						6.808
Pós-fixado	R\$	4.811	105% do DI	2022	2025	6.808
Letras de Crédito do Agronegócio						4.300.087
Pré-fixado	R\$	2.068.694	4,48% à 14,5% a.a.	2022	2030	2.153.847
Pós-fixado	R\$	1.691.294	81,9% à 106% a.a.	2022	2030	1.831.437
Pós-fixado	R\$	291.208	0,10% à 0,79% a.a. + DI	2022	2030	314.803
Letras Financeiras						41.885.302
Pré-fixado	R\$	789.601	3,35% à 8,17% a.a. + IPCA	2022	2030	1.040.833
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	34.204.200	7,09% à 15,08% a.a.	2019	2031	39.170.489
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	1.115.046	99% à 120% do DI	2021	2029	1.673.980
Obrigações por TVM no exterior						3.615.524
Com variação cambial ⁽¹⁾	USD	680.376	0,33% à 1,77% a.a. do DI	2024	2028	3.615.524
Total						49.807.721
Passivo circulante						21.319.836
Passivo não circulante						28.487.885

⁽¹⁾ Inclui emissão de títulos verdes (green bond), maiores detalhes estão descritos na nota 33.

e) Composição de passivos subordinados

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado 30.09.2025
Letras Financeiras Subordinadas						1.904.149
Pós-fixado	R\$	1.202.965	100% à 107% a.a.	2021	2034	1.754.519
Pós-fixado	R\$	48.500	0,95% à 2,36% a.a. + DI	2015	2030	149.241
Pré-fixado	R\$	300	6,08% à 7,79% a.a. + IPCA	2023	2033	389
Total						1.904.149
Passivo circulante						207.177
Passivo não circulante						1.696.972

⁽¹⁾ Não contempla eventual deságio nas respectivas emissões.

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Ano captação	Opção de resgate ⁽²⁾	Banco e Consolidado 30.09.2025
Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas						2.093.771
Pré-fixado ⁽³⁾	R\$	446.400	14,48% a 15,00% a.a.	2023	06.2028 01.2032	483.218
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 4,50% a.a.	2022	08.2027	515.224
Pós-fixado	R\$	500.700	100% do CDI + 1,37% a.a.	2024	10.2029	576.463
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 1,37% a.a.	2025	07.2030	518.866
Total						2.093.771
Passivo não circulante						2.093.771

⁽¹⁾ Não contempla eventual deságio nas respectivas emissões.

⁽²⁾ As opções de resgate por iniciativa do Banco iniciam-se nos períodos informados e permanecem em cada pagamento anual de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo BACEN.

⁽³⁾ Inclui ajuste ao valor justo das Letras Financeiras perpétuas que são objeto de hedge de risco de mercado no montante de R\$ (76.926) em 30 de setembro de 2025.

f) Composição de outros passivos financeiros

	Banco 30.09.2025	Consolidado 30.09.2025
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outros passivos financeiros	161.462	3.617.112
Pagamentos e recebimentos a liquidar	21.510	3.354.585
Comissões por intermediação de operações a pagar	3	21.041
Operações com cartão de crédito	-	97.881
Obrigações por aquisição de bens e direitos	139	139
Negociação e intermediação de valores	67.415	70.362
Obrigações por direitos de uso (Resolução CMN nº 4.975/2021)	72.395	73.104
Total	161.462	3.617.112
Passivo circulante	84.429	3.540.079
Passivo não circulante	77.033	77.033

24. OUTROS PASSIVOS

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Recursos em trânsito de terceiros	63.947	91.419
Provisão para participação nos lucros e resultados	163.565	195.648
Provisão para despesas de pessoal	428.338	477.464
Provisão para despesas administrativas	273.311	282.178
Provisão para perda - Outros riscos	157.892	165.407
Obrigações legais (Nota 31d)	32.546	47.950
Credores diversos - No país	277.611	405.118
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.262	-
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽¹⁾	230.500	230.500
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV (Nota 33)	5.732	5.732
Outros ⁽²⁾	58.932	71.451
Total	1.697.636	1.972.867
Passivo circulante	1.525.433	1.767.638
Passivo não circulante	172.203	205.229

⁽¹⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

⁽²⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto.

25. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Comissões sobre seguros	26.313	652.717
Transações de cartão de crédito	-	187.617
Comissões sobre colocação de títulos	121.704	121.704
Rendas com <i>marketplace</i>	-	71.996
Rendas de garantias prestadas	58.773	58.773
Cobrança	7.297	7.297
Assessoria financeira	896	1.859
Outros serviços	9.296	28.963
Total	224.279	1.130.926

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Confecção de cadastro	392.254	410.867
Avaliação de bens	201.164	201.164
Rendas de cartão de crédito	-	73.220
Transferência de recursos	662	662
Outras	922	1.027
Total	595.002	686.940

c) Despesas de pessoal

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Proventos ⁽¹⁾	(627.616)	(776.095)
Encargos sociais	(193.546)	(240.875)
Benefícios	(126.472)	(155.761)
Demandas trabalhistas	(96.562)	(99.366)
Honorários, pró-labore e outros (Nota 29)	(20.950)	(26.448)
Treinamentos	(5.055)	(6.474)
Previdência privada complementar	(13.000)	(16.243)
Total	(1.083.201)	(1.321.262)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

d) Outras despesas administrativas

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Serviços técnicos especializados ⁽¹⁾	(442.107)	(488.852)
Processamento de dados	(288.425)	(388.948)
Amortização ⁽²⁾	(241.588)	(307.807)
Propaganda e publicidade	(85.067)	(110.600)
Emolumentos judiciais e cartorários	(68.920)	(69.967)
Serviços do sistema financeiro	(35.362)	(42.707)
Promoções e relações públicas	(25.125)	(31.752)
Depreciação ⁽²⁾	(23.231)	(26.784)
Comunicações	(12.545)	(18.453)
Serviços de terceiros	(8.192)	(14.719)
Aluguéis	(10.240)	(14.048)
Viagens	(10.656)	(12.775)
Transportes	(8.662)	(10.113)
Manutenção e conservação de bens	(6.270)	(8.365)
Seguros	(7.319)	(8.723)
Serviços de vigilância e segurança	(2.439)	(2.933)
Materiais	(1.749)	(2.116)
Contribuições filantrópicas	(638)	(638)
Água, energia e gás	(360)	(599)
Publicações	(113)	(173)
Outras	(37.244)	(45.802)
Total	(1.316.252)	(1.606.874)

⁽¹⁾ No período findo em 30 de setembro de 2025, as despesas relativas à auditoria externa foram de R\$ (2.432) no Banco e R\$ (3.452) no Consolidado.

⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o banco BV e suas controladas.

e) Outras receitas operacionais

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	16.226	66.586
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	107.004	120.738
Atualização de depósitos em garantia	18.943	20.814
Reversão provisão controladas	-	4.152
Resultado da atividade imobiliária	-	2.707
Ressarcimento de custos operacionais	1.597	1.597
Outras ⁽²⁾	12.430	30.723
Total ⁽³⁾	156.200	247.317

⁽¹⁾ Inclui efeitos de atualização monetária sobre tributos a recuperar e compensar.

⁽²⁾ Inclui efeitos de harmonização de práticas contábeis - provisões - de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) consolidados.

⁽³⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Despesas relacionadas a originação ⁽¹⁾	(294.853)	(395.031)
Despesas com processamento de transações de pagamento	-	(72.637)
Demandas cíveis	(79.867)	(81.011)
Perdas operacionais	(81.049)	(80.142)
Demandas fiscais	(13.478)	(35.258)
Consumo de ativos sustentáveis	(9.789)	(9.789)
Preferência bancária	(10.100)	(10.100)
Outras	(58.581)	(66.439)
Total ⁽²⁾	(547.717)	(750.407)

⁽¹⁾ A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu mudanças nos custos associados à originação de operações de crédito. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas despesas passaram a ser diferidas e registradas na linha de Resultado com Operações de Crédito. O saldo remanescente nesta rubrica refere-se, principalmente, a outras despesas relacionadas à originação que não se enquadram no conceito da composição da taxa efetiva de juros.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Outras receitas	16.602	45.501
Lucro na alienação de contrato de exclusividade	8.642	8.642
Resultado com ágio e imparidade de investimentos em controladas	-	28.766
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	7.960	8.093
Outras despesas	(57.710)	(96.537)
Baixas de ativos intangíveis	(37.753)	(77.894)
Prejuízo na alienação de ativos mantidos para venda	(16.595)	(16.641)
Despesas com imóveis não de uso	(659)	-
Baixas de ativos imobilizados	(68)	(68)
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(2.635)	(1.934)
Total ⁽¹⁾	(41.108)	(51.036)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.480.372 está representado por 3.395.210.052 ações, sendo 2.193.305.693 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.201.904.359 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição das reservas

b.1) Reserva de Capital

Em 30 de setembro de 2025, a Reserva de Capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

b.2) Reserva de lucros

Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída semestralmente, de forma obrigatória, com base em 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A constituição da Reserva Legal pode ser dispensada quando, somada à Reserva de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva Legal só pode ser utilizada para aumento de capital ou compensação de prejuízos.

Reserva estatutária

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não deliberada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja deliberada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos / Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio (JCP), correspondente a 25% do Lucro Líquido do período, deduzido da Reserva Legal (Lucro Líquido ajustado).

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio e dividendos referente ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, a companhia realizou as seguintes deliberações:

	01.01 a 30.09.2025				
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data-base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil) ⁽¹⁾	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio	100.000	29,45	31.03.2025	85.000	16.04.2025
Dividendos	100.000	29,45	31.03.2025	100.000	16.04.2025
Juros sobre capital próprio	165.000	48,60	30.06.2025	140.250	17.07.2025
Juros sobre capital próprio	130.000	38,29	30.09.2025	110.500	17.10.2025
Dividendos	280.000	82,47	30.09.2025	280.000	17.10.2025
Total	775.000	228,26		715.750	

⁽¹⁾ No caso dos juros sobre capital próprio, os valores estão líquidos da alíquota de 15% de Imposto de renda retido na fonte.

No período findo em 30 de setembro de 2025, foi pago o montante de R\$ 127.500 referente as deliberações do exercício de 2024.

	01.01 a 30.09.2025
Lucro Líquido do período	1.388.886
Reserva Legal	(47.314)
Base de cálculo	1.341.572
Juros sobre o capital próprio (bruto)	395.000
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(59.250)
Dividendos	380.000
Valor proposto ⁽¹⁾	715.750
% sobre a base de cálculo	53%

d) Resultado por ação

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Lucro Líquido (R\$ mil)	1.388.886	1.389.453
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ⁽¹⁾	3.395.210	3.395.210
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	409,07	409,24

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do período findo em 30 de setembro de 2025.

e) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Banco Votorantim S.A.	1.388.886	12.769.789
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	567	120.514
Participações de não controladores	60.597	680.111
Consolidado	1.450.050	13.570.414

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre entidades que compõem o Consolidado, líquido de impostos.

f) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente em 30 de setembro de 2025 (em milhares de ações):

	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.096.653	50,00%	600.952	50,00%	1.697.605	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.096.653	50,00%	600.952	50,00%	1.697.605	50,00%
Total	2.193.306	100,00%	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%
Residentes no país	2.193.306	100,00%	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%

g) Lucros / (prejuízos) acumulados

O lucro líquido apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil é destinado à distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) e constituição de reservas de lucros. A partir de 1º de janeiro de 2025, o saldo apresentado nesta conta reflete, principalmente, os efeitos da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021, que resultaram em um impacto de R\$ (1.919.892). Esse saldo de prejuízos acumulados, no entanto, vem sendo reduzido pelos lucros subsequentes, líquidos da distribuição de dividendos e JCP.

28. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Ativos tributários correntes (Nota 28 a.1)	814.001	1.007.018
Ativos fiscais diferidos (Nota 28 a.2)	7.204.351	9.906.161
Total	8.018.352	10.913.179
Ativo circulante	397.446	422.821
Ativo não circulante	7.620.906	10.490.358

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Impostos e contribuições a compensar	640.894	828.417
Imposto de renda a recuperar	-	5.494
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	173.107	173.107
Total ⁽¹⁾	814.001	1.007.018

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Reconhecidos)

Banco	01.01.2025	01.01 a 30.09.2025		30.09.2025
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	7.734.809	2.377.655	(3.437.753)	6.674.711
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6.029.778	2.151.134	(2.288.930)	5.891.982
Provisões passivas	579.713	146.136	(291.013)	434.836
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	925.987	54.890	(739.741)	241.136
Outras provisões ⁽¹⁾	199.331	25.495	(118.069)	106.757
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	620.970	29.426	(120.756)	529.640
Total dos créditos tributários ativados	8.355.779	2.407.081	(3.558.509)	7.204.351
Imposto de renda	4.606.417	1.341.371	(1.978.633)	3.969.155
Contribuição social	3.749.362	1.065.710	(1.579.876)	3.235.196

Consolidado	01.01.2025	01.01 a 30.09.2025		30.09.2025
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	9.653.800	3.321.279	(4.054.735)	8.920.344
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7.687.364	3.070.600	(2.876.311)	7.881.653
Provisões passivas	646.051	156.514	(316.734)	485.831
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	1.066.095	65.163	(742.405)	388.853
Outras provisões ⁽¹⁾	254.290	29.002	(119.285)	164.007
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.032.333	85.951	(132.467)	985.817
Total dos créditos tributários ativados	10.686.133	3.407.230	(4.187.202)	9.906.161
Imposto de renda	6.081.629	1.898.532	(2.332.593)	5.647.568
Contribuição social	4.604.504	1.508.698	(1.854.609)	4.258.593

⁽¹⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30 de setembro de 2025.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2025	712.049	686.572	1.010.613	974.453
Em 2026	1.360.042	1.145.846	1.921.873	1.619.193
Em 2027	1.338.527	990.417	1.512.977	1.119.497
Em 2028	651.236	424.241	847.360	552.004
Em 2029	517.613	296.012	731.109	418.106
De 2030 a 2031	1.005.125	472.617	1.439.134	675.624
De 2032 a 2034	1.619.759	522.239	2.443.095	787.851
Total de créditos tributários	7.204.351	4.537.944	9.906.161	6.146.728

Realização dos valores nominais de créditos tributários reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2025 ⁽³⁾	-4%	11%	4%	11%
Em 2026	2%	20%	1%	21%
Em 2027	3%	20%	4%	16%
Em 2028	13%	9%	10%	8%
Em 2029	15%	7%	11%	7%
De 2030 a 2031	43%	12%	32%	13%
De 2032 a 2034	28%	21%	38%	24%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

⁽³⁾ Os percentuais negativos referem-se à expectativa de redução do consumo de Prejuízo fiscal / CSLL a compensar para o ano de 2025, conforme estudo técnico elaborado em 30 de junho de 2025.

a.3) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários – Não reconhecidos)

	Consolidado
	30.09.2025
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	91.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.345
Total dos créditos tributários não ativados ⁽¹⁾	99.728
Imposto de renda	80.643
Contribuição social	19.085

⁽¹⁾ O Banco não possui créditos tributários não ativados em 30 de setembro de 2025.

O saldo não constituído de crédito tributário é reconhecido nos livros contábeis somente quando atende aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresenta efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais

Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Passivos tributários correntes (Nota 28 b.1)	151.044	269.174
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 28 b.2)	83.780	94.140
Total	234.824	363.314
Passivo circulante	150.976	269.112
Passivo não circulante	83.848	94.202

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
IOF a recolher	34.530	37.595
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	85.644
Impostos e contribuições a recolher	116.514	145.935
Total ⁽¹⁾	151.044	269.174

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	16.879	27.234
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	11.777	11.777
Outros passivos	55.124	55.129
Total das obrigações fiscais diferidas	83.780	94.140
Imposto de renda	46.616	52.372
Contribuição social	37.164	41.768

c) Despesas tributárias

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
COFINS	(262.761)	(374.315)
ISSQN	(40.987)	(63.321)
PIS	(42.699)	(64.155)
Outras	(24.057)	(28.815)
Total	(370.504)	(530.606)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Valores correntes	(184.926)	(359.582)
IR e CSLL no país – Corrente	(118.068)	(292.824)
IR e CSLL no país – Exercícios anteriores	(66.858)	(66.758)
Valores diferidos	(111.421)	(74.945)
Passivo fiscal diferido	625.163	625.400
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	680.287	680.491
Outros passivos	(55.124)	(55.091)
Ativo fiscal diferido	(736.584)	(700.345)
Prejuízos fiscais / Bases negativas de CSLL	(91.330)	(37.904)
Diferenças temporárias	(31.467)	(56.217)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(613.787)	(606.224)
Total	(296.347)	(434.527)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Resultado antes dos tributos e participações	1.847.997	2.073.887
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(831.598)	(933.249)
Encargos sobre JCP	177.750	177.750
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	111.227	(40.894)
Participação nos lucros e resultados	73.243	85.189
Resultados do exterior	(59.909)	(59.909)
Outros valores	232.940	336.586
Imposto de renda e contribuição social do período	(296.347)	(434.527)

29. PARTES RELACIONADAS

O conglomerado realiza transações bancárias com partes relacionadas, incluindo depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito.

Além disso, há contratos de prestação de serviços que abrangem convênios para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos firmados com empresas do próprio conglomerado.

No que se refere aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim S.A. Tais operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das transações, e não envolvem riscos anormais de recebimento.

O banco BV realiza cessões de crédito com coobrigação, mantendo substancialmente os riscos e benefícios das operações com partes relacionadas. No período encerrado em 30 de setembro de 2025, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 3.082.434.

Também são realizadas cessões de crédito sem coobrigação, mas com retenção substancial de riscos e benefícios com empresa controlada. No mesmo período, o valor presente dessas operações somou R\$ 655.396.

O resultado líquido das cessões de crédito, considerando receitas e despesas associadas às operações com retenção substancial de riscos e benefícios, está apresentado no quadro a seguir, sob a rubrica “Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas”.

Os custos relacionados à remuneração e demais benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do banco BV, composto principalmente pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, também estão detalhados a seguir:

	Banco ⁽¹⁾	Consolidado ⁽¹⁾
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Honorários, pró-labore e outros	20.950	26.448
Gratificações	44.791	49.706
Encargos sociais	19.565	21.419
Total	85.306	97.573

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê ASG e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Saldo de transações com partes relacionadas

	Banco						
	30.09.2025						
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal-chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	6.517.416	-	-	-	6.517.416
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	32.455	-	-	-	118.757	151.212
Outros ativos	83.068	-	50.141	50.345	9	11.991	195.554
Passivos							
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(9.324.029)	(1.132.731)	(1.842.511)	(720.022)	(3)	(220.521)	(13.239.817)
Derivativos	-	(28.064)	-	-	-	-	(28.064)
Outros passivos	(256.952)	(205.000)	(11.292)	(8.821)	-	(39.049)	(521.114)
01.01 a 30.09.2025							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	40.493	4.425	438.295	-	9	276.799	760.021
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(35.974)	-	-	-	-	(35.974)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(861.559)	(54.923)	(107.013)	(78.124)	(2)	(28.869)	(1.130.490)

	Consolidado				
	30.09.2025				
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Pessoal-chave da Administração (3)	Outras (5)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.777	-	-	-	1.777
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	32.455	-	52.915	85.370
Operações de crédito e de outras operações com características de concessão de crédito	-	-	-	1.512	1.512
Outros ativos	83.068	54.060	411	11.991	149.530
Passivos					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(9.324.029)	(1.132.731)	(3)	(15.021)	(10.471.784)
Derivativos	-	(28.064)	-	-	(28.064)
Outros passivos	(256.952)	(205.000)	-	(31.746)	(493.698)
01.01 a 30.09.2025					
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	40.493	4.425	9	1.813	46.740
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(35.974)	-	-	(35.974)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(861.559)	(54.923)	(2)	(8.209)	(924.693)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota explicativa 3. Não inclui operações entre as controladas.

⁽²⁾ Inclui a BVIA Negócios e Participações S.A., BV Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

⁽³⁾ Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal-chave.

⁽⁴⁾ Inclui fundos de investimentos consolidados, empresas controladas da BVIA Negócios e Participações S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

⁽⁵⁾ Companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do conglomerado, conforme previsto em acordo coletivo da categoria, incluem: plano de saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales-refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados.

Dentre esses benefícios, destacam-se os programas de remuneração variável, que representam um importante componente da política de valorização e incentivo ao desempenho dos colaboradores.

Em 2021, o conglomerado implementou, para os executivos, um Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionada ao desempenho da organização ao longo do tempo, com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos, alinhar os interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas, promover a geração de resultados e a criação sustentável de valor, além de fomentar uma visão de longo prazo. Esse plano possui duração de até quatro anos.

Em 30 de setembro de 2025, o conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 179.034.

No período findo em 30 de setembro de 2025, os montantes relativos às transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 81.413. Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e 4 anos contados da data da concessão.

Foram realizados os seguintes pagamentos aos colaboradores, referentes aos Programas de ILP:

Ano do programa	01.01 a 30.09.2025
2021	8.637
2022	6.604
2023	9.040
Total	24.281

Movimentação de ações virtuais

Plano ILP	Banco 30.09.2025	Consolidado 30.09.2025
Quantidade inicial	46.018.488	48.345.970
Novas / Atualizações	22.620.401	25.880.430
Pagas / Canceladas	(25.310.889)	(26.267.295)
Quantidade final	43.328.000	47.959.105

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o conglomerado oferece ainda outros benefícios, entre os quais se destaca o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Nesse plano, o conglomerado, na qualidade de patrocinador, contribui para a formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. O programa de previdência privada tem como objetivos reforçar o vínculo de longo prazo, promover a conscientização sobre planejamento financeiro e complementar a renda na aposentadoria.

31. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

No que se refere às ações fiscais, o conglomerado está sujeito a fiscalizações conduzidas pelas autoridades tributárias, as quais podem resultar em questionamentos sobre a apuração de tributos e, eventualmente, em autuações. Entre os principais pontos de questionamento estão a composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (especialmente quanto à dedutibilidade de despesas) e a incidência de tributos em determinados fatos econômicos.

A maioria das autuações recebidas está relacionada ao ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e às contribuições previdenciárias patronais. Para algumas dessas autuações, quando necessário, foram realizados depósitos judiciais com o objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos tributários em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das cláusulas contratuais, encargos financeiros e cobrança de tarifas.

Para as ações trabalhistas, o conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração do conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

a.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco 30.09.2025	Consolidado 30.09.2025
Demandas fiscais	113.792	122.897
Demandas cíveis	198.467	209.142
Demandas trabalhistas	164.622	168.480
Total	476.881	500.519

a.2) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Demandas fiscais		
Saldo inicial	90.374	97.941
Constituições	27.842	30.197
Reversão da provisão	(6.916)	(7.177)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(2.983)	(3.847)
Atualizações	5.475	5.783
Saldo final	113.792	122.897
Demandas cíveis		
Saldo inicial	212.473	220.052
Constituições	41.213	51.627
Reversão da provisão	(38.045)	(41.521)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(44.611)	(48.527)
Atualizações ⁽²⁾	27.437	27.511
Saldo final	198.467	209.142
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	188.843	190.416
Constituições	63.024	65.691
Reversão da provisão	(28.883)	(29.403)
Baixa por pagamento	(68.184)	(68.437)
Atualizações ⁽²⁾	9.822	10.213
Saldo final	164.622	168.480
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	476.881	500.519

⁽¹⁾ Refere-se à baixa por pagamento em razão de decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 25c e 25f.

⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

a.3) Cronograma esperado de desembolsos em 30 de setembro de 2025

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	73.623	198.467	164.622	73.623	209.142	168.480
De 5 a 10 anos	40.169	-	-	49.274	-	-
Total	113.792	198.467	164.622	122.897	209.142	168.480

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.4) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco	Consolidado
	01.01 a 30.09.2025	01.01 a 30.09.2025
Demandas fiscais	(23.418)	(24.956)
Demandas cíveis	14.006	10.910
Demandas trabalhistas	24.221	21.936
Total	14.809	7.890

b) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam estabelecer o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

b.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Demandas fiscais (Nota 32.b.1.1.)	1.712.054	1.863.909
Demandas cíveis ⁽¹⁾	124.743	132.599
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	97.308	99.210
Total	1.934.105	2.095.718

⁽¹⁾ Ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

b.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	995.056	995.056
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	173.526	247.005
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	80.626	139.410
PF e BNCSSL: excesso compensação AB 2012	125.148	125.148
Outras causas	337.698	357.290
Total	1.712.054	1.863.909

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

c) Depósitos em garantia de recursos

Como garantia de algumas ações, quando necessário, o conglomerado realiza depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Demandas fiscais	218.561	250.102
Demandas cíveis	81.186	91.993
Demandas trabalhistas	62.638	62.804
Total	362.385	404.899

d) Obrigações legais

O saldo de obrigações legais é registrado na rubrica de Outros Passivos no montante de R\$ 47.950 no Consolidado, sendo o montante de R\$ 32.546 no Banco, cuja principal discussão recai, atualmente, em ação que visa a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 29.234.

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção. Abaixo está demonstrada a movimentação das obrigações legais:

	Banco	Consolidado
	30.09.2025	30.09.2025
Saldo inicial	29.373	42.322
Constituições	1.906	3.222
Baixa por pagamento	(804)	(804)
Atualizações	2.071	3.210
Saldo final	32.546	47.950

e) Ações civis públicas

O conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos legitimados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor), bem como do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL
1) Abordagem integrada de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

O banco BV possui matriz de riscos materiais, revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. Cada risco listado é avaliado para determinar o tratamento mais adequado (gestão, *hedge*, seguro ou capitalização), visando o melhor monitoramento e controle. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de securitização;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado e IRRBB;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio da estrutura de limites de risco, aprovada na respectiva governança e são incorporados às atividades diárias do conglomerado. O envolvimento da Alta Administração por meio do acompanhamento e da execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital do conglomerado prudencial inclui equipes e diretores responsáveis por riscos e ALM (*Asset Liability Management*), além de fóruns colegiados internos e corporativos, organizados formalmente com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que estabelecem regras, responsabilidades e limites conforme as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da Administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas;
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, na elaboração da estratégia de alocação de capital do conglomerado, na observação da aplicação da declaração de *Apetite por Riscos* (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o conglomerado está exposto.

A RAS aprovada pelo Conselho de Administração, orienta o planejamento estratégico e o orçamento. Seu monitoramento é realizado mensalmente por meio de *dashboard* com indicadores e limites, além de ações e monitoramentos específicos.

O conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que é realizado processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o banco está exposto, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no *website* de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>. Estão descritas a seguir as definições dos principais riscos do conglomerado, dentre aqueles classificados como materiais.

2) Principais riscos

a) Risco de crédito

(i) Definição

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

(ii) Gestão do risco de crédito

A companhia gerencia o risco de crédito utilizando ferramentas que permitem identificar, avaliar, mensurar, acompanhar e reportar os riscos nas etapas de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes capacitadas e gestão segregada.

Concessão de Crédito (Atacado): Os clientes passam por avaliações detalhadas para obtenção ou renovação de crédito. Sistemas especializados gerenciam cadastro, aprovação e acompanhamento dos limites de crédito.

Concessão de Crédito (Varejo): Propostas de crédito são processadas por um sistema automatizado e parametrizado, suportado por modelo de *score*. Casos não aprovados automaticamente são revisados manualmente por especialistas.

Monitoramento de Crédito (Atacado): Acompanhamento contínuo identifica sinais de alerta (internos e externos), com governanças e processos na mensuração do risco de crédito (perda esperada) associado a cada ativo, além de bloqueios e revisões de limites de clientes, visando garantir a qualidade do portfólio.

Monitoramento de Crédito (Varejo): Indicadores de desempenho internos e externos que refletem no cálculo de perda esperada de cada operação financeira, além de relatórios gerenciais para garantir a saúde do portfólio.

Para determinar se o risco de inadimplência aumentou significativamente, o banco BV utiliza informações internas, dias de atraso, informações externas de mercado, análises qualitativas e modelos estatísticos.

Recuperação de Crédito: Essa área atua desde o primeiro dia de atraso e utiliza estratégias variadas para maximizar as cobranças, em conjunto com a área de riscos e crédito.

Com a vigência da Resolução 4.966/2021, as exposições passaram a ser classificadas em 3 estágios (crescentes em nível de risco):

- **Estágio 1:** São os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não foram caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito; e os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2:** São os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio; e os instrumentos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito;
Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 30 dias devem ser marcadas, no mínimo, com estágio 2.
- **Estágio 3:** São instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito;
Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 90 dias devem ser marcadas com estágio 3.

Uma vez definidos os critérios para marcação de estágios, a perda esperada atribuída a cada estágio é definida como: Perda Esperada = PD x LGD x Base de Cálculo. Neste contexto, define-se:

- PD é a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, em um horizonte de 12 meses para operações em estágio 1 e por todo prazo remanescente do contrato para operações em estágio 2. Para tal, consideram-se características do instrumento relativas à sua situação econômica corrente traduzidas tanto por informações de características de contratação, movimentação e pagamento de instrumentos internos à instituição quanto por informações de mercado;
- LGD representa a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando, no mínimo, os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação e a concessão de vantagens à contraparte;
- Base de Cálculo é definida para fins de mensuração da provisão, deve-se considerar o valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil ou o valor presente dos montantes totais a receber em operações de arrendamento mercantil.

A fim de ajustar as estimativas de perda esperada às expectativas futuras de comportamento do portfólio e de mercado, considera-se sobre as estimativas de PD e LGD fatores de ajuste prospectivos calculados com base em previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições macroeconômicas, as quais são elaboradas periodicamente pela área econômica da instituição.

Todos os modelos de parâmetros, assim como todos os critérios, estudos que embasam as definições e metodologias utilizadas para alocações nos estágios e cálculo de perda esperada são monitorados periodicamente, revisados anualmente, validados e auditados por áreas independentes e aprovados em fóruns executivos, conforme governança interna estabelecida e documentada.

(iii) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *off balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas é de:

	30.09.2025
Caixa e equivalente de caixa (Nota 9)	977.759
Ativos financeiros	144.611.331
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Notas 13a, 14a e 16)	26.882.687
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 13a)	10.341.047
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Notas 10, 12, 13a e 16)	22.916.599
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito - Saldo bruto (Nota 15a)	84.470.998
Operações off balance ⁽¹⁾	6.623.666
Total	152.212.756

⁽¹⁾ Refere-se ao valor do compromisso assumido.

(iv) Garantias financeiras prestadas (off balance)

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, por ramo de atuação da contraparte, é de:

	30.09.2025					
	Comércio	Indústria	Instituições financeiras	Pessoas físicas	Serviços	Total
Avais e fianças	386.420	753.886	3.236.519	10.494	2.236.347	6.623.666
Total	386.420	753.886	3.236.519	10.494	2.236.347	6.623.666

As garantias financeiras prestadas estão segregadas nos seguintes estágios:

	30.09.2025	%
Estágio 1	5.662.357	84%
Estágio 2	9.812	1%
Estágio 3	951.497	14%
Total	6.623.666	100%

	30.09.2025	
	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	900.182	2.651
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.923.886	184.860
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	638.000	-
Outras fianças bancárias	1.052.262	305
Outras garantias financeiras prestadas	109.336	4
Total	6.623.666	187.820

(v) Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos master executáveis de liquidação

O conglomerado contrata operações de derivativos por meio de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COD), que preveem pagamentos líquidos. Em geral, os montantes de todas as transações em aberto na mesma moeda são agregados em um único valor líquido, pago entre as partes. Em certas circunstâncias, como em caso de inadimplência, todas as transações são encerradas e um único valor líquido é pago para liquidar todas as operações.

Esses contratos não atendem aos critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência das operações.

A tabela a seguir indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

	30.09.2025
Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos	53.945
Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos	(245.088)

b) Risco de mercado e IRRBB
(i) Definição

A carteira *trading* (carteira de negociação) é definida como o conjunto de as operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos detidos com a finalidade de negociação ou destinados a *hedge* de outras operações integrantes da carteira *trading* e que não estejam sujeitos à limitação restrição da sua negociabilidade.

A carteira *banking* (carteira de não negociação ou carteira bancária) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos não classificados na carteira *trading*.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Essas perdas podem ser incorridas devido à variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB, *Interest Rate Risk in the Banking Book*) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

(ii) Gestão do risco de mercado e IRRBB

As funções de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB abrangem atividades ao longo de toda a cadeia de negócios, incluindo desenvolvimento de produtos, negociação, modelagem e controle de risco, formalização, contabilização e liquidação de operações, além do acompanhamento da efetividade dos processos e controles.

Essas funções são realizadas por unidades especializadas, com equipes capacitadas, gestão segregada e atribuições definidas.

O conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- **VaR (Valor em Risco):** Determina o risco de exposições de mercado, calculando a maior perda esperada dentro de um intervalo de confiança e horizonte de tempo específicos;
- **Teste de Estresse:** Estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros devido a movimentos extremos das variáveis de mercado (fatores de risco);
- **Capital Regulatório de Risco de Mercado:** Refere-se ao capital regulatório calculado com base nas exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- **Análises de Sensibilidade:** Estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros em função das variações nos fatores de risco;
- **Análise de GAP:** Mensura os descasamentos de fluxos de caixa por fator de risco, contemplando tanto o portfólio consolidado quanto as carteiras de negociação e não-negociação; e
- **sVaR (VaR Estressado):** Medida complementar ao VaR por simulação histórica que estima o impacto de períodos históricos de estresse na carteira atual da companhia, não considerados na janela histórica de retornos do VaR.

Estas medidas de risco são consideradas para definição de limites para a gestão do risco de mercado, definindo os valores máximos autorizados de exposição ao risco, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária. Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos com periodicidade mínima anual, juntamente com a programação orçamentária.

Para fins da gestão e do controle consolidado das exposições ao risco de mercado, as operações são segregadas, de acordo com a sua estratégia de negócio, entre a carteira *trading* (negociação) e a carteira *banking* (não-negociação ou bancária).

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR (*Value at Risk*) por simulação histórica, com base em técnicas estatísticas, utilizada para estimar a perda potencial máxima no valor de mercado de uma posição ou carteira, sob condições normais de mercado, dentro de um determinado horizonte de tempo e com um nível de confiança previamente definido.

Para o cálculo do VaR é utilizada a abordagem da simulação histórica, baseada no conceito de P&L (*Profit and Loss Statement*), a qual é adotada no modelo *full valuation*. Trata-se de um modelo não paramétrico que utiliza dados históricos para inferência do futuro. O modelo de *full valuation* permite levar em consideração todas as características dos instrumentos, inclusive instrumentos não-lineares.

O banco BV adota as seguintes premissas para o cálculo do VaR por simulação histórica:

- Série histórica dos últimos 500 dias úteis;
- Nível de confiança de 99%; e
- *Holding period* de 10 dias úteis.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*, observados no período.

	30.09.2025
Mínimo	2.955
Médio	7.087
Máximo	14.709

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que provêm *funding* para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo e atacado). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a *hedging* do patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos. Nesse contexto, a avaliação e o controle do IRRBB envolvem a mensuração das seguintes métricas:

- **Delta EVE (*Change in Economic Value of Equity*):** A abordagem de valor econômico calcula o efeito da variação da taxa de juros a partir da reavaliação do valor econômico dos ativos e passivos da companhia. Esta métrica avalia o impacto no capital da companhia decorrente da venda ou liquidação hipotética de suas posições (ativos e passivos) em condições diferentes das vigentes no mercado;
- **Delta NII (*Change in Net Interest Income*):** A abordagem de variação de margem de juros tem por objetivo capturar os efeitos das variações nas receitas e despesas de intermediação da companhia decorrentes de variações das taxas de juros.
- **EGL (*Embedded Gains and Losses*):** avaliação da diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, que busca estimar os ganhos e perdas embutidos ainda não realizados.

O conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado e IRRBB, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de terceiros, de atestada robustez.

Complementarmente, o conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado e IRRBB que compreende a emissão periódica de relatórios que demonstram os níveis de utilização dos limites utilizados, a realização periódica de fóruns colegiados de acompanhamento, e emissão de mensagens eletrônicas específicas em situação de extrapolação de limites ou desenquadramentos de operações.

(iii) Análises de sensibilidade

O conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução de 100 pontos base.

Carteira trading

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros	
			30.09.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	9.503.805	(2.406)	2.358
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(14.580)	12	(12)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	136.134	(3.688)	3.615

Carteira trading e banking

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros	
			30.09.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	32.034.245	(234.952)	230.300
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	277.746	(14.034)	13.756
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(469.661)	(2.499)	2.450

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 5,3733 (101% de R\$ 5,3201). O índice BOVESPA chocado é de 147.699 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 30 de setembro de 2025. As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0.10%.
- **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, em 30 de setembro de 2025, para o prazo de um ano é 14,32%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,58% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.
- **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira banking, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do conglomerado. Isto porque a carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
		30.09.2025					
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	9.503.805	Aumento	(238)	Redução	(8.618)	Redução	(17.236)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(14.580)	Aumento	1	Redução	(15)	Redução	(30)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	8.657	Aumento	87	Redução	(2.164)	Redução	(4.328)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	136.134	Aumento	(365)	Redução	(8.582)	Redução	(17.165)

Carteira trading e banking

Fator	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	30.09.2025						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	32.034.245	Aumento	(23.263)	Redução	(841.631)	Redução	(1.683.263)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	277.746	Aumento	(1.389)	Redução	(17.441)	Redução	(34.882)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio (Nota 32.3.v)	(12.108)	Aumento	(121)	Redução	(3.027)	Redução	(6.054)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(469.661)	Aumento	(247)	Redução	(5.816)	Redução	(11.632)

(iv) Testes de Estresse

O conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O Programa de Testes de Estresse de Risco de Mercado do conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

Os testes retrospectivos de estresse estimam a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários de 5 anos da data-base do cenário de estresse;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na carteira consolidada, em 30 de setembro de 2025 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 6,0198; as commodities sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de setembro de 2025; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA.

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,7443; as commodities sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de setembro de 2025; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA.

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.09.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(12.108)	(11.831)
Taxa	31.842.330	(429.202)
Total	31.830.222	(441.033)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.09.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(12.108)	4.967
Taxa	31.842.330	353.574
Total	31.830.222	358.541

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o Índice BOVESPA.

(v) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 30 de setembro de 2025, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	30.09.2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3 ⁽²⁾	Total
Ativo				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários (Nota 13a)	16.942.330	3.252.004	250.075	20.444.409
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários (Nota 13a)	7.257.227	2.561.601	522.219	10.341.047
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14a)	24.214	6.414.054	-	6.438.268
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito ⁽¹⁾	-	21.682.488	-	21.682.488
Total	24.223.771	33.910.147	772.294	58.906.212
Passivo				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Outros passivos (Nota 22)	-	(9.472.303)	-	(9.472.303)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14a)	(22.409)	(7.094.083)	-	(7.116.492)
Total	(22.409)	(16.566.386)	-	(16.588.795)

⁽¹⁾ Referem-se a operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de *hedge accounting* (Nota explicativa 14g).

⁽²⁾ No período findo em 30 de setembro de 2025, não houve transferências de títulos classificados como nível 3.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.09.2025	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	76.366.994	76.165.212
Depósitos no Banco Central do Brasil (Nota 11)	2.749.686	2.749.686
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 10)	5.218	5.218
Títulos e valores mobiliários (Nota 13a)	7.119.663	6.918.424
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 12)	12.694.603	12.694.603
Operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito (Nota 15a) ⁽¹⁾	53.450.395	53.449.852
Outros ativos financeiros (Nota 16)	347.429	347.429
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Nota 23)	(116.591.471)	(116.406.142)
Operações com acordo de recompra (Nota 23a)	(20.906.912)	(21.297.506)
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos	(8.816.144)	(8.802.903)
Depósitos de instituições financeiras	(202.957)	(292.981)
Depósitos de clientes (Nota 23b)	(23.765.330)	(23.373.815)
Obrigações por empréstimos (Nota 23d)	(3.980.500)	(3.949.703)
Obrigações por repasses (Nota 23e)	(1.496.875)	(1.229.735)
Títulos emitidos (Nota 23g)	(49.807.721)	(49.583.630)
Passivos subordinados (Nota 23h)	(3.997.920)	(4.258.757)
Outros passivos financeiros (Nota 22)	(3.617.112)	(3.617.112)
Total	(40.224.477)	(40.240.930)

⁽¹⁾ Exclui as operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de *hedge accounting* (Nota explicativa 14g).

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratar de operações de curto prazo na sua maioria.

Ativos financeiros com acordo de revenda: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor justo da garantia.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro: As operações de crédito alocadas em programas de *hedge accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos a prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Passivos financeiros com acordo de recompra: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações destes grupos, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo.

Títulos emitidos: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Passivos subordinados: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o conglomerado não conseguir cumprir suas obrigações financeiras, tanto esperadas quanto inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de o conglomerado não conseguir negociar a preços de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

(ii) Gestão do risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez envolve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e propor ações de mitigação dos riscos associados ao conglomerado prudencial. As principais práticas incluem:

- Manutenção de nível adequado de ativos livres com alto grau de monetização e uso de parâmetro referencial de liquidez (caixa operacional);
- Gestão do perfil de descasamento temporal entre passivos e ativos, captações e operações de crédito concedidas, otimizando a alocação de recursos próprios e minimizando o risco de liquidez;
- Otimização da diversificação das fontes de captação, monitorando a concentração dos provedores de *funding*, e pela prática de remuneração em aderência aos níveis praticados no mercado para recursos de terceiros, e ao nível de retorno esperado pelos acionistas para os recursos próprios.

O conglomerado mantém um plano de contingência estruturado e revisado periodicamente com o objetivo de possibilitar, a curto prazo, a recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

A gestão da liquidez do conglomerado é de responsabilidade da área de tesouraria e a gestão do risco de liquidez é realizada pela área de riscos que avalia e monitora o risco da companhia, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos e o acompanhamento e adequação aos níveis de apetite a este risco estabelecido pela Alta Administração.

As principais medidas objetivas para a gestão e controle de riscos de liquidez incluem:

- **Limite referencial de liquidez e caixa mínimo operacional:** Estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para cenários adversos de liquidez;
- **Cenários de vencimento:** Envolvem a apuração do perfil futuro de liquidez, baseando-se na premissa de vencimento das carteiras atuais e na análise de todos os fluxos de caixa;
- **Cenários orçamentários:** Apuração do perfil futuro de liquidez com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, baseando-se na rolagem das carteiras atuais;
- **Cenários de estresse:** Simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou mudanças na dinâmica e composição das carteiras, que possam alterar significativamente os cenários projetados de liquidez;
- **Análises de sensibilidade:** Simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- **Perfil de concentração de captação:** Acompanhamento do perfil de concentração das carteiras em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

O Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) é uma métrica que tem por objetivo mostrar que as instituições financeiras possuem recursos de alta liquidez para resistir a um cenário de estresse no horizonte de 30 dias, mediante critérios estabelecidos pela regulamentação.

Em 30 de setembro de 2025, a média do LCR foi de 153%, acima do requisito mínimo regulamentar que é de 100%.

Indicador de liquidez de curto prazo (R\$ milhões)	30.09.2025
LCR	153%
Total HQLA ⁽¹⁾	15.160
Total de saídas líquidas de caixa	9.899

⁽¹⁾ Refere-se a ativos de alta liquidez, que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem alguns requisitos mínimos definidos pela Circular BACEN nº 3.749/2015.

Adicionalmente, a companhia adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- A emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- A realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias.

d) Risco operacional

(i) Definição

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas devido a eventos externos ou falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado, risco de segurança cibernética decorrente de falha nos ativos de informação, computadores e recursos de comunicação do Conglomerado e risco de confidencialidade, integridade e disponibilidade decorrente de serviços terceirizados relevantes. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo conglomerado.

(ii) Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão das perdas operacionais e da mensuração do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de planos de melhoria de processos, de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

As funções de gerenciamento de risco operacional incluem modelagem e controle do risco, monitoramento da efetividade dos controles, plano de continuidade de negócios e gestão de crises. Essas atividades abrangem toda a cadeia de negócios, desde o desenvolvimento de produtos até o pós-venda, e são realizadas por unidades funcionais especializadas com equipes capacitadas e atribuições definidas.

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

O risco social está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados às práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos de interesses comuns. Quanto ao ambiental, refere-se à eventuais perdas para a instituição em função da ocorrência de eventos de degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático está dividido em duas vertentes: risco de transição e risco físico, definidos respectivamente como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático

A gestão integrada do risco social, ambiental e climático (SAC) do conglomerado é realizada por meio do estabelecimento de regras e direcionada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). As iniciativas e informações relativas à gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos são divulgadas no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) e remetidas ao Banco Central pelo Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC).

O banco BV avalia os aspectos socioambientais e climáticos de clientes, fornecedores e investidas para subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços, restringindo relações com contrapartes cujas práticas são inadequadas ou cuja governança em sustentabilidade não são compatíveis ao seu nível de impacto socioambiental.

O apetite de riscos (RAS) do banco BV inclui um indicador exclusivo de risco social, ambiental e climático, monitorado mensalmente e reportado aos comitês e ao Conselho de Administração. Adicionalmente, a Instituição elencou setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

Na concessão de crédito, o gerenciamento do risco SAC é realizado por metodologias específicas que determinam o *Rating* ESG, incluído no *Rating* de Crédito. A análise de risco socioambiental em projetos segue as diretrizes dos Princípios do Equador (PE).

Informações adicionais do gerenciamento de risco SAC estão disponíveis no *website*: <https://ri.bv.com.br/informacoes-aos-investidores/relatorio-esg/>.

3) Gestão de capital

A gestão do capital no conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do conglomerado.

O conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- **Gestão contínua de capital:** Planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para enfrentar riscos relevantes;
- **Diretrizes:** Políticas e estratégias documentadas;
- **Fóruns específicos:** desenvolvimento de estratégias e gestão do uso do capital;
- **Plano de capital trienal:** Metas, projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência;
- **Testes de estresse:** Avaliação dos impactos no capital;
- **Relatórios gerenciais:** Informações para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- **Avaliação de suficiência de capital:** Perspectivas regulatórias e econômicas; e
- **Reporte ao regulador:** Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Ressalta-se que é realizado o ICAAP abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o banco está exposto, entre outros temas.

Adicionalmente, são realizadas análises de viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Capital regulamentar

O Capital regulamentar, classificado como Patrimônio de Referência (PR), é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras.

O conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III abordou, principalmente, seguintes assuntos:

- Metodologia de apuração do capital regulamentar (PR), que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- Metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de capital regulamentar (PR), de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP). O ACP é composto pelas parcelas de ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o conglomerado prudencial.

(ii) Ativo ponderado pelo risco - RWA

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, que é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

A partir de julho de 2023, passou a vigorar a Resolução BCB nº 229/2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWACPAD), em substituição à Circular nº 3.644/2013. Esse novo normativo aprimora e consolida procedimentos para apuração do RWACPAD, refletindo recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) contidas no documento *"Basel III: Finalising post crisis reforms"*.

A partir de janeiro de 2024, passou a vigorar a Resolução BCB nº 202/2022 para conglomerados Tipo 1 (S2 ao S4), que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelos riscos associados a serviços de pagamento (RWASP).

(iii) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA); e
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução CMN nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 e suas atualizações definem os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, observados na apuração dos índices de solvência e demais indicadores prudenciais estabelecidos, citados anteriormente.

(iv) Suficiência de capital (Visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do conglomerado prudencial:

Índice de Basileia	30.09.2025
PR – Patrimônio de Referência	14.704.416
Nível I	13.431.183
Capital complementar	2.093.771
Capital principal	11.337.412
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	14.088.676
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(2.751.264)
Outros	(2.750.498)
Ajustes a valor justo	(766)
Nível II	1.273.233
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	1.273.233
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 ⁽³⁾	1.273.233
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	88.063.145
Risco de crédito (RWACPAD)	78.422.622
Risco de mercado (RWAMPAD)	776.758
Risco operacional (RWAOPAD)	8.814.863
Risco de serviços de pagamento (RWASP) ⁽⁴⁾	48.902
Patrimônio de referência mínimo requerido ⁽⁵⁾	7.045.052
Capital principal mínimo requerido ⁽⁶⁾	3.962.842
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁷⁾	5.283.789
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	818.750
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	7.659.364
Margem sobre o capital mínimo requerido	7.374.571
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	8.147.394
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBN e ACP	4.639.036
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,87%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	15,25%
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,70%
Razão de Alavancagem	7,88%

- ⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõem a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.
- ⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do Art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permanece a partir de janeiro de 2023.
- ⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.
- ⁽⁴⁾ Parcela relativa aos riscos associados a serviços de pagamento, que passa a integrar o RWA a partir de mar/24 devido à transferência da Acesso Soluções de Pagamento S.A. para o conglomerado.
- ⁽⁵⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.
- ⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
- ⁽⁷⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal:

	30.09.2025
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(324.490)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(1.303.226)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.122.782)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/2013	(766)
Total	(2.751.264)

Índice de imobilização

O índice de imobilização do conglomerado prudencial totalizou 7,08%.

	30.09.2025
Limite para imobilização	7.352.208
Valor da situação para o limite de imobilização	1.040.593
Valor da margem ou insuficiência	6.311.615

(v) Gestão de ativos e passivos

O Comitê de ALM e Tributos é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, assim como pela gestão do capital, que busca aperfeiçoar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

A exposição do conglomerado ao risco de moeda de estrangeira, apresentado em milhares de Reais, é de:

Moeda	Instrumentos <i>on balance</i> - Saldo contábil na data-base	
	30.09.2025	
	Ativo	Passivo
Dólar	8.538.702	(10.739.562)
Euro	311.840	(1.021.972)
Iene	427.966	(105.941)
Outras	3.553	(2.931)
Total	9.282.061	(11.870.406)
Posição líquida - instrumentos <i>on balance</i>		(2.588.345)

Moeda	Derivativos (instrumentos <i>off balance</i>)	
	30.09.2025	
	Posição ativa	Posição passiva
Dólar	17.104.482	(14.925.359)
Euro	1.297.732	(592.177)
Iene	202.053	(510.495)
Total	18.604.267	(16.028.031)
Posição líquida - derivativos (instrumentos <i>off balance</i>)	2.576.236	

Resumo	30.09.2025
Por moeda	Posição líquida
Dólar	(21.737)
Euro	(4.577)
Iene	13.583
Outras	623
Posição líquida total	(12.108)
Por totais - instrumentos <i>on balance</i> e <i>off balance</i>	
Ativo	27.886.328
Passivo	(27.898.436)
Posição líquida total	(12.108)

33. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

a) Governança e regulação

O banco estabeleceu seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de "Pacto por um Futuro Mais Leve", que define cinco metas públicas que vão direcionar as ações do conglomerado, divididas em três pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 29. O Conselho de Administração aprovou em junho de 2022, a criação do Comitê ASG para assessorá-lo nos aspectos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e o Relatório de Sustentabilidade do banco podem ser consultados em <https://ri.bv.com.br/> e em <https://www.bv.com.br/institucional/sustentabilidade>.

Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo conglomerado estão descritas na nota explicativa 32.2.e.

Em outubro de 2024 o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu, em suas versões finais, os Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 e nº 02, baseados nos padrões internacionais do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), que tem como principal objetivo desenvolver padrões globais de divulgação de sustentabilidade. Esses padrões buscam fornecer informações de alta qualidade e comparáveis globalmente sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, atendendo as necessidades dos investidores e dos mercados financeiros.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 30 de setembro de 2025 essa carteira é de R\$ 3.793.618.

No período findo em 30 de setembro de 2025, o banco BV realizou emissões de títulos verdes (Letras Financeiras e CDB *green*) no montante de R\$ 1.004.649. No quadro a seguir, são demonstradas as emissões realizadas pelo banco BV ao longo dos anos, considerando apenas as operações vigentes:

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado 30.09.2025
Depósitos (Nota 23b)						608.667
Depósitos a prazo						608.667
Pós-fixado	R\$	4.163	de 8,85% a 9,91% a.a. + IPCA	2025	2026	4.234
Pós-fixado	R\$	522.849	de 99% a 102% a.a. + DI	2024	2026	528.480
Pré-fixado	R\$	70.138	de 12,20% a 15,37% a.a.	2024	2027	80.187
Recursos de aceites e emissão de títulos						3.543.329
Letras financeiras						2.208.404
Pós-fixado	R\$	1.362.100	de 0,39% a 1,23% a.a. + DI	2023	2027	1.562.745
Pós-fixado	R\$	416.700	5,25% a.a. + IPCA	2020	2030	645.659
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 23d/23e)						1.334.925
Obrigações por empréstimos						1.334.925
Tomados junto a banqueiros no exterior	USD	300.000	de 5,05% a 5,54% a.a. + variação cambial	2022	2029	1.334.925
Total						4.151.996

O banco BV estabeleceu um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO2 dos automóveis que financiar. No período findo em 30 de setembro de 2025, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO2, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO2 por veículos financiados pelo banco BV. O banco adquiriu créditos de carbono e títulos verdes, representando o total de 7,1 milhões toneladas de CO2, registrado na rubrica de Ativos intangíveis e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO2 produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Despesas de depreciação e amortização.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	Banco e Consolidado 30.09.2025
Ativo	65.404
Outros ativos (Nota 18)	65.404
Ativos de sustentabilidade	109.942
Consumo de ativos de sustentabilidade	(44.538)
	01.01 a 30.09.2025
Resultado	
Outras despesas operacionais (Nota 25f)	(9.789)
Consumo de ativos de sustentabilidade	(9.789)

O Banco também faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE próprias.

c) Social

O banco BV apoia diversos projetos sociais. A divulgação detalhada sobre responsabilidade social está apresentada no Relatório de Sustentabilidade disponível no *website*: <https://ri.bv.com.br/>.

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Informações de agências no exterior

	30.09.2025	
	Luxemburgo Branch	Nassau Branch
Ativo total	7.780.262	2.224.859
Passivo total	(7.780.262)	(2.224.860)
Passivo	(7.202.974)	(625.805)
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	(577.288)	(1.599.055)
Resultado do período	(41.957)	93.053

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos	
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldos em 31.12.2024	3.188.978	127.500
Variações com efeito de caixa	356.471	(452.750)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos ⁽¹⁾	-	(452.750)
Liquidação	(143.629)	-
Recursos provenientes de novas captações	500.100	-
Variações sem efeito de caixa	452.471	-
Despesas com juros	452.471	-
Saldo em 30.09.2025	3.997.920	(325.250)

⁽¹⁾ Valor líquido de impostos.

d) Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Em 30 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079 que instituiu o adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como parte do processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), que foram desenvolvidas pela OCDE e pelo G20.

O banco BV está avaliando os potenciais impactos desta nova legislação e até o presente momento não mapeou qualquer efeito relevante que impactará a presente Demonstração Contábil.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 17 de outubro de 2025, foi efetuado o pagamento parcial de dividendos e total de juros sobre capital próprio aos acionistas, somando um montante líquido de R\$ 230.500. Esses valores serão considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025.

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6
